COMMISSÃO DE REDACÇÃO

Conselheiro Luiz da Costa e Almeida.
Dr. Alvaro José da Silva Basto.
Dr. José Alberto dos Reis, secretario.
Dr. José Lobo d'Avila Lima, 1.º redactor.
B.el Alberto da Cunha da Rocha Saraiva.

INDEX

Questões pedagogicas, por F. Adolpho Coelho..... 641
Historia, por Francisco Lopes Vieira de Almeida..... 648
A ordem de Santiago e a musica religiosa nas igrejas pertencentes á mesma ordem, por Sousa Viterbo.... 653
Fontes dos Lusiadas, pelo dr. José Maria Rodrigues... 662
Memorias de Castilho, por Julio de Castilho..... 673
Memorias archeologico-historicas do districto de Bragança, por Francisco Manuel Alves..... 678
Origem e formação da lingua concani, por Soares Rebello..... 688
O Romantismo Inglês, por Carlos de Mesquita..... 699

248

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTIFICA E LITTERARIA

Redacção e administração — Rua Candido dos Reis, 44 — COIMBRA.

Propriedade e edição da Sociedade scientifica — O Instituto de Coimbra

Director Dr. PHILOMENO DA CAMARA Presidente do Instituto

Composto e impresso na Imprensa da Universidade.

SCIENCIAS MORAES E SOCIAES

QUESTÕES PEDAGOGICAS

O plano geral do ensino publico

(Cont. do n.º 10, pag. 587)

X

No dia 4 de maio de 1898 verificou-se a sessão festiva *(demonstration)* usual em honra da *Primorose League,* pronunciando Lord Salisbury um discurso de que foram dados extractos em innumeros periodicos de todas as nações cultas, chamando principalmente a attenção as palavras em que o então primeiro ministro de Sua Majestade britanica distinguiu entre nações vivas e nações moribundas. As nossas folhas diarias transladaram tambem essas palavras, mas, pelo menos as que tive occasião de ver, de modo que não reproduz exactamente o que nos ministrou um extracto tachygraphico, que tenho ante os olhos.

Eis o que, no ponto indicado, disse Lord Salisbury, segundo esse extracto:

«As nações do mundo podem ser em grosso divididas em vivas e moribundas. Dum lado ha países de poder enorme, crescendo em força, riqueza, dominio, cuja perfeita organização as habilita a concentrar vastos exercitos num só ponto,

emquanto a sciencia pôs nas suas mãos armas, cuja efficacia de destruição augmenta sempre. Ao lado dessas esplendidas organizações, — com reclamações rivaes que só o futuro poderá resolver em sangrenta arbitragem, — ha um numero de communidades que só posso apontar como moribundas, ainda que o epitheto se lhes applique em graus muito diversos. A maioria dellas não são christãs, mas esse não é o caso exclusivo. De decada em decada enfraquecem e empobrecem mais, tendendo sem duvida ao seu termo final, mas aferradas ainda á vida. Apresentam um terrivel quadro ás partes mais esclarecidas do mundo, appellando para ellas para achar remedio. Não tento prophetizar que duração poderá ter tal estado de coisas. Só posso dizer que os estados fracos se tornam de cada vez mais fracos e os estados fortes de cada vez mais fortes. Não é preciso ter a especialidade da prophecia para indicar qual o inevitavel resultado desse processo de combinação. Por uma ou outra razão — as necessidades da politica ou as pretenções da philanthropia — as nações vivas invadirão gradualmente o territorio das moribundas e rapidamente surgirão as sementes e causas de discordia entre as nações civilizadas. Por consequencia não ha direito de suppôr que qualquer das nações vivas tenha o proveitoso monopolio de cortar a vida a esses infelizes doentes — [riso] — e da controversia ácerca de quem terá o privilegio de o fazer, e de que maneira, poderão surgir causas de fatal divergencia entre as nações cujos exercitos se acham oppostos, ameaçando uns aos outros» (1).

O primeiro ministro de Inglaterra não era um simples politico, nem poderia sê-lo, elevado ao poder apenas pelas influencias partidarias: era um homem de notavel saber nos diversos ramos dos conhecimentos humanos, tão estreitamente ligados entre si; um philosopho até, antigo estudante da universidade de Oxford, e depois aggregado do collegio de All Souls, tambem em Oxford. Todos os que estão ao corrente do movimento scientifico europeu conhecem o famoso discurso pronunciado por esse estadista em agosto de 1894, como presidente, ante a *British Association,* reunida naquella universidade, de que era chanceller. O discurso teve por objecto *Os limites actuaes da nossa sciencia* (2) e nelle Lord Salisbury

(1) *The Daily Graphic,* may 3, 1898, n.º 2609.
(2) Na traducção francêsa com o titulo de *Les limites actuelles de notre science,* par M. W. de Fonvielle (Paris, 1895).

fallou das questões capitaes que se ligam ás differenças dos elementos chimicos, ao ether, e á vida, especialmente á doutrina transformista, que combateu. Achava-se na assembleia o grande naturalista Huxley, que pronunciou então as suas ultimas palavras em publico: a morte arrebatou-o pouco depois. Essas encerravam, como era natural, depois do discurso inaugural do presidente, um comprimento e ao mesmo tempo alguns grãos de sal de ironia; mas não eram uma discussão. A doutrina de Lord Salisbury foi porém attacada mais ou menos vivamente em diversas revistas, e particularmente pelo grande apostolo do evolucionismo, Herbert Spencer, num artigo que conheço pela traducção que delle deu o *Journal des Economistes* (15 de dezembro de 1895).

Em verdade o discurso do estadista inglês interessa sobretudo pela personagem de que dimana; no ponto de vista scientifico e philosophico é-lhe muito superior o de Emilio du Bois-Reymond, o celebre physiologista-philosopho de Berlim, ha alguns annos fallecido, sobre os *Limites do conhecimento da natureza* e o que elle disse em *Os sete enigmas do mundo.*

A doutrina das nações vivas e das nações moribundas e da morte destas ás mãos daquellas lembrou a jornalistas varios o principio do *struggle for life,* darwinismo ao alcance de todos, ignorando aquelles por certo que Lord Salisbury era um adversario das theorias evolucionistas de Darwin e seus emulos. É certo porém que no discurso do primeiro ministro de Inglaterra ha as palavras seguintes:

«Evidentemente a lucta pela existencia e a sobrevivencia do mais digno asseguram a victoria da raça mais forte sobre o mais fraco».

Lord Salisbury não cria, porém, que esse principio baste para demonstrar a transformação das especies. «Que ganharia o progresso universal com a creação duma especie menos imperfeita? Faltaria o tempo para realizar o conjuncto da metamorphoses». Vê-se dessas palavras e doutras do discurso a que nos referimos que o seu auctor admitte o progresso universal, mas segundo um plano providencial; isto bastou, porém, para Huxley o classificar com fina ironia de *evolucionista.* É evidente, todavia, que Lord Salisbury acceitava no campo da politica internacional o principio da lucta e da sobrevivencia do mais forte; e, como esse resultado não póde deixar de se alcançar de accordo com o plano providencial, cria que as nações fortes, e a Inglaterra, entre ellas, estão destinadas, no presente momento historico, a apertar a garganta e tirar o ultimo alento ás nações moribundas em nome

*

daquelle «Creador e Senhor eterno de que todas as coisas vivas dependem», como dizem palavras do grande physico William Thomson, depois Lord Kelvin, adoptadas pelo ministro inglês no fim do seu discurso á British Association.

Na *Primorose League* não foi Lord Salisbury até onde a combinação dos seus dois discursos alludidos me faz concluir que ia o seu espirito. Fixemos bem essa doutrina, que na essencia não é nova: grandes conquistadores teem-se pretendido enviados de Deus; mas não entremos na vã empresa de discutir aqui se ella é fundada. Se ha no universo a realização dum plano providencial, se tudo ao contrario é obra dum cego determinismo mechanista, se ha a possibilidade duma combinação entre o mechanismo e a teleologia, se ha uma teleologia que tem sua séde na vontade, são theses philosophicas que nem sequer em esboço podem ser apresentadas num simples artigo. A these da «morte das nações», de que as nações morrem como os individuos, tem sido defendida muitas vezes, e em verdade a historia parece dar-lhe apoio, porque podem enumerar-se muitas nações mortas, muitas civilizações desapparecidas, como as da Mesopotamia, a do antigo Egypto, as do Mexico e Perú, e povos tão profundamente transformados que estamos auctorizados a considerá-los como novos. Emile Durkheim, criticando a ideia da evolução historica, como a apresenta Auguste Comte, isto é como um progresso continuo da humanidade, diz que se trata apenas duma representação subjectiva, porque, de facto, esse progresso não existe. O que existe, segundo o mesmo critico sociologo, o que é dado unicamente á observação, são as sociedades particulares que nascem, se desenvolvem, morrem independentemente umas das outras. «Um povo que substitue outro não é simplesmente um prolongamento desse ultimo com alguns caracteres novos: é outro, tem propriedades a mais, outras a menos; constitue uma individualidade nova e todas essas individualidades distinctas, sendo heterogeneas, não podem fundir-se numa mesma série continua, nem muito especialmente numa serie unica» (1).

Não se demonstra a existencia de continuidade historica no sentido de um progresso sempre crescente; póde até pôr-se em duvida a existencia de progresso, como fica indicado no

(1) É. Durkheim, *Les règles de la méthode sociologique* (Paris, 1895), pag. 25-27.

Capitulo VII e como Durkheim fez de novo; mas é innegavel certa continuidade historica, como se prova pelos elementos numerosos de cultura transmittidos desde a antiguidade greco-latina, e doutros que remontam ainda mais longe no passado, na vida dos povos modernos, ainda que esses elementos tenham experimentado mais ou menos consideraveis modificações; doutro lado, como já disse acima, conservam-se tambem antigos typos raciaes nas populações modernas. Em todo o caso o simile que Pascal estabeleceu entre a humanidade e um homem que vivesse longo tempo, aprendendo sempre, não tem rigor.

A these de que os povos morrem como os individuos foi enunciada muitas vezes; mas não se vê que tal morte possa resultar de necessidade interna. Ha annos discutiu-se muito a questão: porque se morre? sem se chegar a solução satisfatoria. Na revista jesuitica *Études* um membro da Companhia tratou com muita erudição o assunto e chegou apenas á conclusão (se se lhe póde dar esse nome) de que «se morre, porque Deus quer». Desse modo não ha questão nenhuma que para os crentes não possa resolver-se.

«A causa da morte duma arvore, dum carvalho muitas vezes secular, reside nas condições ambientes e não em alguma condição interna. O frio e o calor, a humidade e a secura, o peso da neve, a acção mechanica da chuva, do granizio, dos ventos desencadeados e do raio; os estragos dos insectos e dos parasitas: eis aí os verdadeiros artifices da sua ruina. Demais, os ramos novos nascidos cada anno, augmentam a carga do tronco e aggravam a pressão das partes desse todo e tornam mais difficil o movimento da seiva. Sem taes obstaculos, estranhos, por assim dizer, ao ser vegetal, este poderia continuar indefinidamente a florecer, a fructificar, a deitar rebentos, á volta de cada primavera» (1).

O mesmo póde em geral dizer-se dos povos, sem que se tome o simile por uma igualdade de objectos. Ha povos que vivem muitos e muitos seculos em monotona existencia; outros que decairam profundamente e continuariam a viver independentes, se outros povos não os viessem a dominar e por fim a assimilar mais ou menos consideravelmente; outros tambem que desappareceram, deixando para memoria da sua existencia só ruinas no territorio que occuparam; alguns

(1) A Dastre, *La vie et la mort* (Paris, s. d.), pag. 323.

ainda cujos membros, sem patria, se espalharam pelo mundo. Escreveu-se sobre o desapparecimento, a morte de povos de cultura rudimentar, povos chamados impropriamente selvajens ou da natureza (*Naturvölker* dos allemães), como os maori da Nova Zelandia, os tasmanios, os canacas das Ilhas de Sandwich, os insulares do Pacifico em geral, as hordas caçadoras da America do Norte; mas mostrou-se que parte dos factos em que se fundava essa these da morte dos povos incultos não eram exactos (1).

O barão de Hellwald acceitava a these do envelhecimento e morte dos povos e queria explicar com ella a decadencia dos povos da nossa peninsula, não achando probante a affirmação de Laveley, que attribuia essa decadencia, e a geral supposta dos povos romanicos, ao catholicismo (2).

Muitos annos antes, a questão da longevidade dos povos interessara já o mathematico e estatistico belga A. Quetelet. Calculou elle que, se a vida mais prolongada do homem pouco mais attingia de um seculo, a existencia duma cidade ou dum povo não excederia mais de dez vezes esse espaço de tempo. As republicas da Grecia, a Roma antiga, Veneza e todos os principaes centros de poder e de civilização não ultrapassaram esse limite. Roma, é certo, renovou-se sob todos os aspectos, politica, religião, lingua, litteratura, costumes. Segunda vez estendeu o seu imperio, agora de ordem espiritual, sobre toda a Europa; houve um momento que, como séde do catholicismo, dominou o mundo inteiro e manteve-se a essa altura durante tanto tempo pela politica, pelos seus grandes artistas, seus homens de sciencia e pelo luxo e esplendor derramado sobre tudo que a cercava. Os outros Estados da Europa tiveram igualmente poder que revelava existencia especial; foram dotados de lingua e instituição particular. Talvez tende a introduzir-se hoje mudança nos costumes e habitos? O seculo XIX parecia ter quebrado a cadeia que o ligava ao passado; as necessidades, os trabalhos teem mudado completamente. Já não podemos assimilar os nossos costumes ao que eram ha dois ou tres seculos. É certo que a modificação é menor num povo que noutro; mas ao homem da idade media succedeu um homem novo, que póde conservar ainda lembrança do antecessor, mas lem-

(1) Georg Gerland, *Ueber das Austerben der Naturvölker* (Leipzig, 1868).

(2) Fr. v. Hellwald, *Das Ausland*, artigos citados acima.

brança que não exerce já o seu antigo imperio... O periodo que limita a existencia dum povo é em extremo notavel... Reconhece-se que as mudanças são devidas ao renovamento do circulo das ideias... O que annuncia melhor a modificação é estado mais aprofundado das lettras e das sciencias; se o povo não é bastante forte para entrar nelle com dignidade, aproxima-se do seu fim proximo. É uma crise perigosa: é necessario ter capacidade para saír della mais forte e mais brilhante, ou perderá a sua nacionalidade e a sua existencia.

Com relação a muitos pontos, a vida dos povos entra na classe dos phenomenos periodicos. Comquanto tenham sido feitas poucas investigações a esse respeito, reconhece-se sufficientemente bem a duração dessa vida; podem estabelecer-se as differentes phases do periodo e determinar a energia dellas. Só fallamos aqui, entende-se das reuniões de homens que formam verdadeiramente um povo, e em tal caso, é mister consultar menos a sua grandeza e poder momentaneo do que o conjunto dos phenomenos que revelam a communidade da sua existencia e dos seus pensamentos (1).

(Continúa). F. ADOLPHO COELHO.

(1) Ad. Quetelet, *Physique sociale ou essai sur le développement des facultés de l'homme* (Bruxelles et Paris), 1869, tome II, pag. 17-19.

HISTORIA

(Cont. do n.º 10, pag. 596)

§ II

O methodo

O intermediario — A synthese

Como chega até nós o conhecimento dado pela historia? — Quarta restricção. —

O documento, diz-se, é um intermediario pouco fiel, mesmo na sua forma depurada e crítica; e a historia não opera sobre factos, mas sobre residuos de factos.

Em primeiro logar, que pode entender-se por historia «operando sobre factos?» Coisa nenhuma. A phrase é vazia de sentido. Ou factos passados ou ausencia de historia. Isto é de tal modo simples que termina por um mero precisar de termos. Facto scientifico, em historia, é o documento. Nada temos com a complicação trazida ao methodo pela natureza desse facto. O penoso trabalho da crítica fixou a attenção quase como exclusivo; e elle é apenas um preliminar, a forma de restituír o facto scientifico á sua pureza. Pode objectar-se que o conhecimento das razões não fere a realidade e que saber-se o motivo necessario do procedimento da historia, não irá destruir as duvidas oppostas; assim, sabendo-se que um homem morreu afogado, pouco vale inquirir porque elle caíu á agua; mas, o que eu tento estabelecer é isto: A historia tem differença de processo; ella resulta porém duma visão especial e propria que não pode destruir-lhe o valor. Não tem mais ou menos que outra qualquer. Ha tres especies de documentos: — o documento propriamente dito (fontes escritas em geral) — o documento-facto — e o facto — olhado pelo methodo historico como documento. Como a experiencia, elles são a um tempo fonte de conhecimento e prova. O mosteiro da Batalha é da segunda categoria; documento, na vida politica, attestando um feito de armas; facto, na vida artistica do povo português. Uma estatua grega é um facto (terceira categoria). A historia pertence vê-lo como documento; é a affirmação duma cultura. A questão do documento é pois de essencia, não de impossibilidade de meios; é o que importa assentar. No lado pratico, os documentos limitam a historia; theoricamente começando na origem das sociedades, ella não pode ascender tão longe, por falta de materiaes. É o advento da prehistoria. Áquelles que lamentam a impossibilidade de revelar pela historia, o mysterio da origem das sociedades — o que seria mais bem expresso, dizendo: a para nós mysteriosa origem... — é facil responder que á historia não compete desvendá-lo, se elle é desvendavel, por estar fóra do seu campo ideal e não, só do campo pratico. É como pedir á philologia a origem das linguas. E entretanto, essa impossibilidade é uma das apontadas por F. Brunetière, proclamando uma como bancarrota da sciencia.

Da maneira como considero o campo historico surge uma duvida:

Que papel tem o facto?

Qual valor o das personalidades?

É preciso ainda accumular muitos factos inuteis, para, conhecendo-os, poder desprezá-los. As personalidades têem um alto valor, quando são representativas, quando as circunstancias internas e externas concentram nellas a direcção dum esforço commum. Dá-se este facto, ou pela necessidade duma direcção, realizada pelo individuo, ou pela brusca opposição desse individuo ao meio geral, criando uma reacção progressiva. Não é o estudo do homem, é o da sua importancia como factor social. Muitos, por certo, depois duma analyse cuidada, perdem a aureola do prestigio fabuloso; mas para sabê-lo, é preciso ainda estudá-los. Em todos os campos a experiencia hesita. Experimentar é já em absoluto uma condição de inferioridade, porque é sempre o saber mediato; e não deixa de ser uma superioridade relativa. A acção dum facto sobre a marcha geral implica a ideia de *força*, em historia, noção abstracta, como em toda a sciencia. A physica mede a força pela massa e define massa pelo coefficiente de resistencia ao movimento. A força de inercia e a força centrifuga por exemplo, que são? Nomes dados á noção de causa, dum certo movimento ou repouso, resultantes. A egualdade de acção e reacção é apenas um postulado de Newton. Sei que, entrando em calculo, esses elementos são reductiveis ao numero, o que parece dar-lhes a

sancção. Mas isso resulta da simplicidade abstracta e o número só é applicavel ás resultantes, (movimentos) não aos determinantes (forças). Assim como, com Galileu, cessa a physica de inquirir o «porquê» para considerar as leis do «como», é assim que a historia procede tambem. E não só essa alteração representa um avanço, pela possibilidade, mas, e principalmente, porque nada nos affirma da noção de causa a sua objectividade. Força, em historia, define-se pela acção dum facto sobre um meio; e o trabalho dessa força é egual á resistencia augmentada ou diminuída da natureza do impulso adquirido, mais o movimento produzido:

$$T_f = (R \pm N) + M.$$

O facto da irreductibilidade ao numero não significa muito; uma formula é apenas uma condensação do raciocinio; quando o objecto deste é definido e simples, pode fazer-se a substituição; no caso contrario, não. Basta observar aquelle facto «natureza do impulso adquirido» para ver que comprehende o sentido, a direcção, a intensidade, etc.

A synthese parcial é em historia um elemento necessario; não ha uma evolução unica; é impossivel seguir, em um movimento contínuo, a evolução da humanidade. Conduz a synthese necessariamente, com razão, á perda do facto insignificante, o accidente que nada trouxe ao facto geral. Nos tempos do periodo oriental, e classico, poucos documentos ficaram do facto diminuto; e foi uma vantagem. Hoje, é preciso posteriormente vê-los e apreciá-los; mas a analyse do facto pelo valor absoluto seria um erro; em historia facto é o que teve influencia, não o que nos parece grande ou mesquinho em si mesmo. Avaliam-se as consequencias e mede-se por ellas, fazendo variar as condições sem a ideia preconcebida do valor. Não ha factos pequenos ou grandes; ha factos que influem ou não influem. Mais nada. Os sem influencia não passam de accidentes. «*Estes accidentes, impossiveis de prever e determinar* a priori, *apagam-se no conjunto. O passado apparece-nos como uma trama contínua, em que tudo se possue e se explica. O futuro julgará o nosso tempo como nós julgamos o passado e verá consequencias rigorosas onde muitas vezes nós somos tentados a ver vontades individuaes ou encontros do acaso*» (1).

(1) E. Renan — *La monarchie const. en France.*

Pela limitação documental e pela limitação da synthese:

— Historia — é a visão crítica e integral (5.ª restricção) das sociedades humanas, no seu movimento, avaliado pela acção dos factos-forças (4.ª restricção).

§ III

O limite

Originam se os ramos da sciencia na differença da visão do objecto. «*Com effeito, as divisões que estabelecemos entre as sciencias, sem ser completamente arbitrarias, como alguns pensam, são essencialmente artificiaes. Na realidade, o objecto de todas as nossas buscas é um só; nós dividimo-lo para melhor o resolver. Disto resulta, por mais duma vez, que em contrario ás nossas divisões classicas, questões importantes exigiriam uma certa combinação de pontos de vista especiaes*» (1).

A affirmação é verdadeira no intuito geral. Ora justamente é preciso que as divisões, não podendo ser exactas, sejam ao menos solidas e saiba cada qual onde está.

Tratei a questão do limite quanto á origem. No encontro com as outras sciencias, onde existe ás vezes hesitação é com a sociologia. A dependencia mútua, maior ainda assim do lado da sociologia, faz que muitos historiadores se tenham desviado um pouco para o caminho das sciencias sociaes, facto observado e criticado por A. Croiset. E assim muitas vezes já foi pensado que a historia ensinava a governar os povos. «*Como o conhecimento das leis naturaes — escreveu Bouty — assegura ao homem a dominação do mundo material, de que aprendemos a encadear as forças brutaes, assim as sciencias historicas e moraes, dando-nos um mais perfeito conhecimento do homem, tal como elle se tem mostrado através das edades, sempre agitado pelas mesmas paixões, afferentes á sua natureza, mas sempre guiado pela mesma razão, prepara-nos para disciplinar o instinto das multidões, e levar os homens para os destinos a que aspiram*» (2).

(1) A. Comte — *Cours de phil. pos.*
(2) *La vérité scientifique, sa poursuite.*

Entanto a discriminação é facil. Onde me parece de facto a hesitação maior é quanto á philosophia da historia. Assim, vemos historia da arte, historia da religião, etc. Nada disto é historia. A historia é sempre referente ao homem. Onde a geographia acaba, começa a historia, neste sentido: que a geographia deve parar no homem — producto; a historia começar no homem — criador. Reagir é o primeiro estadio de criar. Tiremos da historia o ponto de vista concreto e tiremos a importancia do factor chronologico, deixando-o apenas como referencia. Fica a philosophia da historia. Historia da arte, historia da religião, são abstracções, syntheses parciaes philosophicas, estudo duma evolução em si propria; são philosophia da historia, quando não sejam, evidentemente apenas uma lista de factos documentada. A historia occupa-se apenas dos factos geraes determinantes; «*é o estudo dos factos geraes que dominam o conjuncto das evoluções especiaes*» (1); ella é necessariamente anthropocentrica. «*O que importa conhecer é a historia natural da sociedade* (2). Se dermos toda a significação concreta á phrase de Hegel: Historia é o desenvolvimento do espirito universal no tempo — nella encontraremos uma confirmação da doutrina exposta. A philosophia da historia é, pelo contrario, a significação abstracta, parcial ou geral, da synthese historica. Completando por esta derradeira restricção do limite, a definição, resultará:

— Historia — é a visão critica, integral e concreta das sociedades humanas, no seu movimento (actividade e caminho) avaliado pela acção dos factos-forças.

*

Mas a historia assim não se ensina; aprende-se, o que é diverso. Apenas no ensino superior podem dar-se elementos para ella. E, como já pensava Montaigne, não querendo a educação fazer especialistas, por isso vamos ver o que o ensino historico pode ser e valer no ensino secundario.

(Continúa). FRANCISCO LOPES VIEIRA DE ALMEIDA.

(1) Langlois e Seignobos — *obr. cit.*
(2) H. Spencer — *De l'éducation.*

LITTERATURA E BELLAS-ARTES

A ORDEM DE SANTIAGO E A MUSICA RELIGIOSA NAS IGREJAS PERTENCENTES Á MESMA ORDEM (1)

I

Palmella

A villa de Palmella, com o seu respectivo convento, foi a séde da Ordem de Santiago. Estendia o seu dominio e acção por muitas freguezias no continente, algumas das quaes formavam commendas que serviram até certo tempo para premiar serviços feitos á nação, mas, pela diuturnidade do tempo, perderam estas e outras o seu caracter primitivo, ficando a constituir apanagio gratuito de certas familias, onde, por herança, se perpetuaram. A acção da Ordem de Santiago que, em tempos anteriores á creação da Ordem de Christo, se estendia aos feitos guerreiros, veio finalmente a limitar-se á celebração do culto divino que, se por esse motivo não resplandecia como nas épocas anteriores, nem porisso deixou de influir na educação da mocidade.

Uma das feições caracteristicas d'essas épocas era a diffusão

(1) Este estudo, que meu Pae deixou incompleto em alguns capitulos e na parte documental, foi agora concluido devido á dedicada gentileza dos Ex.mos Senhores General Brito Rebello e Pedro A. de Azevedo, pelo que seja-me permittido manifestar aqui o meu profundo reconhecimento. — *Sophia de Sousa Viterbo.*

do ensino musical que, infelizmente, depois da extincção das ordens, cahiu em grande abatimento de que tem custado a levantar-se. É verdade que esse ensino se limitaya ao que era preciso para alimentar o culto religioso, mas nem porisso deixava de influir poderosamente no espirito publico.

Vejamos por que meios a Ordem derramava o ensino musical, tanto entre as classes religiosas, como entre os seculares. Infelizmente só pude respigar as principaes noticias desde uma certa época muito mais proxima da nossa. Comtudo, taes quaes se poderam obter, vou expôl-as pela ordem que me parece mais razoavel.

Começarei pela villa cabeça da Ordem e pelos mestres de capella; depois passarei aos organistas que encontrei.

Francisco da Guarda.—É este o primeiro nome de mestre de capella que se me depara por menção feita no documento passado ao seu successor.

Antonio Vieira.—Era freire da Ordem e, em vista da renuncia que do cargo de mestre de capella fez o acima indicado, foi nomeado para o exercer por alvará, com força de carta, de 13 de novembro de 1611. Nesse alvará se diz que o seu ordenado era de dez mil réis, como tinha o seu antecessor.

Filipe da Cruz.—Não sei quando este freire conventual da Ordem foi nomeado mestre de capella nem tão pouco se foi o successor de Antonio Vieira. O seu nome é indicado no documento que se refere a

Francisco Barca.—Era este tambem freire conventual e da mesma sorte, tendo renunciado o cargo frei Filipe da Cruz foi nomeado para o exercer por alvará, com força de carta, de 19 de junho de 1627. Nesse documento se declara que o ordenado é de doze mil réis, pagos pela fabrica do dito convento.

Em 1634, porém, estava o ensino do canto completamente abatido, o que fez com que a Camara da villa representasse contra essa negligencia resultante da extincção de partidos do dito convento. Havida informação do respectivo prior-mór se determinou que fôssem extinctos os partidos de trinta alqueires de trigo que se pagavam nas rendas da commenda da villa de Cabrella ao pedreiro e ao carpinteiro do convento e que os dessem de então em deante ao mestre de capella, com obrigação de ter e ensinar no dito convento não só as pessoas d'elle, mas os moços, como até alli se fazia. O alvará, que assim determina, é de 20 de março do referido anno.

Claudio José da Silva Nogueira.—Era este sacerdote, não sei desde quando, mestre de capella do convento da Ordem, mas tendo sido provido no priorado da igreja matriz da villa de Alhos Vedros, foi nomeado para o substituir naquelle cargo o seguinte.

Ignacio José de Carvalho.—Era tambem freire conventual e pelo motivo acima indicado, foi provido naquelle cargo por carta de 7 de outubro de 1753.

Uma lacuna de mais de 30 annos se nos abre aqui e não tenho meio de a poder preencher. Só em 1685 vamos reatar o fio d'esta successão.

Jeronymo Froes.—É nesse anno que sei, pelo documento que em seguida heide citar, que este presbytero que exercia o cargo de mestre de capella, se havia ausentado e havia necessidade de prover essa falta.

Sebastião da Fonseca e Paiva.—Pelo motivo acima dito foi nomeado, por carta de 13 de novembro de 1685, para exercer o referido logar com certas clausulas e condições um tanto embaraçadas, parecendo que, em recompensa do serviço que ia prestar e já estava prestando, devia receber uma ração inteira, embora no convento só vagasse uma meia ração, e isto emquanto durasse a ausencia do referido mestre proprietario.

Nem menos de 60 annos dura a lacuna entre o ultimo nomeado e aquelle de que vou tratar. Não é neste trabalho, mas em todos os d'esta ordem que taes factos se dão. Esquecimentos empregados no registo dos diplomas? Falta de apresentação d'estes ao registo pelos agraciados? Não posso responder. O facto existe e não me cabe remedial-o.

Manuel Velloso.—É só em 1745 por alvará de 10 de dezembro que encontro este sacerdote nomeado para mestre dos noviços do convento. Não sei bem se no seu magisterio se comprehendia a musica.

Claudio José da Silva Nogueira.—A duvida que ha pouco apresentei, funda-se em que o presente individuo é nomeado para exercer o cargo, de que me estou occupando, por carta da mesma data. Nella se diz que o agraciado tem os requisitos necessarios para bem servir o logar, e, dispensando com elle na falta de nobreza, se lhe manda lançar o habito dos freires conventuaes para esse fim. *Vide documentos I a VII.*

Não podendo obter mais noticias ácerca dos mestres de capella, vou entrar na ennumeração dos organistas das freguezias da villa.

Nossa Senhora ou Santa Maria do Castello

É o primeiro organista que se encontra Manuel de Moura, clerigo de ordens menores, natural de Palmella, ao qual, pela informação que se houve das suas habilitações e sufficiencia, foi dado o cargo, por uma provisão de 18 de junho de 1608, com as mesmas condições e mantimento que tinha o tangedor dos orgãos de S. Pedro. Por outra provisão, porém, de 21 de outubro do mesmo anno foi declarado que devia ter o ordenado annual de dez mil réis, o qual lhe deveria ser abonado desde o dia 18 de junho. Tendo fallecido Manuel de Moura foi provido no cargo Mathias Ribeiro, morador na mesma villa. A respectiva provisão é de 4 de setembro de 1615 e declarada por outra de 16 de janeiro de 1616. Por motivo da promoção de Mathias Ribeiro a outro cargo, foi nomeado para o logar de organista da mesma igreja o padre André Duarte, clerigo do habito de S. Pedro, natural da dita villa, por alvará de D. Filipe III de 26 de novembro de 1637, ractificado e confirmado por D. João IV em alvará de 25 de abril de 1652. Por outro alvará de 20 de junho do mesmo anno se declara que o ordenado é de dez mil réis em dinheiro. Fallecido André Duarte recahiu a nomeação para o dito emprego em Manuel Goterres, como se vê do alvará de 4 de dezembro de 1665. O ordenado de dez mil réis foi-lhe declarado por outro alvará de 23 de março do anno seguinte. Havendo, porém, respeito ao que representou sobre esse assumpto o Tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens foi, pelo principe regente D. Pedro, accrescentado o referido ordenado com mais seis mil réis, como se determinou por alvará de 20 de maio de 1669, e que se confirmou por outro de 8 de julho do mesmo anno.

Em 1696 achava-se vago o logar de organista, talvez por fallecimento do ultimo nomeado, e, tendo representado a esse respeito o thesoureiro da igreja, o padre Francisco Gomes, foi-lhe conferido o cargo, em provisão de 14 de abril do mesmo anno, depois de havidas as necessarias informações. Tendo deixado o referido cargo o padre Francisco Gomes, a quem se accrescenta o appelido de Oliveira, foi provido nelle o padre João Baptista de Menezes, presbytero do habito de S. Pedro, natural e morador na mesma villa de Palmella, por alvará de 26 de setembro de 1738. *Vide documentos VIII a XIX.*

Convento de Palmella

Encontra-se apenas um alvará de 12 de agosto de 1734 pelo qual é nomeado Martiniano Gomes Pereira, natural de Lisboa, para servir o cargo de organista do convento, com o ordenado e emolumentos que tiveram os seus antecessores, dispensando nelle a falta de nobreza necessaria, segundo os definitorios da Ordem. *Vide documento XX.*

S. Pedro de Palmella

Era tangedor dos orgãos d'esta freguezia Diogo Ribeiro, quando, a 30 de agosto de 1607, se lhe accrescentou por anno seis mil réis, além dos dez mil que até ali tinha de ordenado.

Em 1637, a 26 de novembro, foi provido no referido cargo Mathias Ribeiro, natural da villa, por ter fallecido Manuel Soeiro que exercia o logar, provavelmente por fallecimento do anterior, mas cuja nomeação se não encontra. Tendo, porém, Mathias Ribeiro desistido d'esse emprego, foi provido nelle seu filho, Diogo Escolar, segundo a informação que se houve, por alvará de 9 de outubro de 1656. Diogo Escolar, porém, era achacoso e por esse motivo desistiu do cargo em favor de seu irmão Domingos Lourenço, o que, depois das necessarias informações, foi concedido por alvará de 26 de fevereiro de 1661.

Em 1693 achava-se vago o logar, pelo que o padre Hilario de Moraes, thesoureiro da mesma igreja, solicitou ser nelle provido, como em vista das informações obtidas se lhe concedeu por alvará de 6 de maio do mesmo anno. Tendo fallecido Hilario de Moraes e por concorrerem na pessoa do padre Luiz Antonio de Mattos os requesitos necessarios, foi nomeado para elle por alvará de 5 de novembro de 1740.

Poucos annos depois, em 1744, a 24 de maio, se passava provisão a José Roberto Botelho para servir o cargo. Fallecido este, solicitou Felix Dias Sanches a mercê da dita occupação e, como nelle concorriam as circumstancias necessarias, foi-lhe deferida a sua pretensão por alvará de 6 de maio de 1757. Desistindo este, foi nomeado para o substituir o padre Manuel Ignacio Xavier em provisão de 2 de setembro de 1761. Em outra provisão de 20 do mesmo mez e anno se lhe declara o ordenado. *Vide documentos XXI a XXX.*

Documento I

Dom Philipe etc. como gouernador etc. Faso saber aos que este alvará virem que por estar vaguo o carguo de mestre de capella e camto do Convento de Palmella da dita ordem por renunciaçam de Francisco da Guarda delle ultimo possuidor e por confiar de Antonio Vieira freire da dita ordem que servirá o dito carguo como conuem vista a informasão que o Prior mór deu de sua habilidade e sufficiencia Ei por bem que elle sirva o dito carguo de mestre de Camto ou *(sic)* eu ouuer por bem e não mandar o comtrario e averá com o dito carguo cadano de ordenado des mil reis que he outro tanto como auia o dito Francisquo da Guarda de que se lhe pasará outra provizam por mim asinada pello que mando ao dito Prior mór o aja por mestre de Camto do dito Conuento e lhe deixe servir o dito carguo o qual elle será obriguado a servir e ler as lisões na forma que o fazia [o] dito seu amtecessor do qual cargo lhe será dado pose pello suprior do dito Convento e este se comprirá e valerá como carta sem embarguo de qualquer prouizam ou regimento em contrario sendo passado pella chanselaria. El Rey noso senhor o mandou pelos deputados do despacho da meza da Consciencia e ordens. Domingos Ribeiro Cirne e Belxior Dias Pretto. Rui Penedo a fez em Lixboa a 13 de novembro de 1611. Jorge Coelho de Andrade a fez escrever (1).

Documento II

Dom Phellippe etc. como gouernador etc. Faço saber aos que este aluará uirem que por hora estar vago o cargo de mestre de cappella do convento da ordem de Sanctiago por renunciação que delle fez Phelipe da Cruz freire conventual do mesmo convento e pela boa informação que me foi dada pelo Prior mór delle das partes e sufficiencia de Francisco Barca outro sy freire professo conventual no dito convento hei por bem e me praz que elle sirua o dito cargo de mestre da cappella do dito convento enquanto eu ouver por bem e não mandar o contrario e com elle auerá de mantimento ordenado em cada hum anno doze mil reis em dinheiro no recebimento da fabrica do dito convento de que tirará outra provisão assinada por mim pelo que mando ao Prior mór e freires do dito conuento lhe deixem seruir o dito cargo na maneira seguinte que ditto hé e elle francisco barca será obrigado a cumprir com as dittas obrigações delle assi e da maneira que o fazião seus antecessores e este se cumprirá sendo passado pela chancellaria da ordem e vallerá como carta sem embargo de qualquer provisão ou regimento em contrario. El Rei Nosso Senhor o mandou pelos Deputados do despacho da mesa da Consciencia e Ordens. Sebastião de Carvalho, Dom Carlos de Noronha. Domingos de Carvalho a fez em Lisboa a desanoue de junho de 1627 em lugar do Doutor Sebastião de Carvalho assinou o Doctor Dom Antonio Masquarenhas. Manuel Ferreira de Castro o fez escreuer (2).

(1) Chancellaria da Ordem de Santiago, liv. 10, fl. 227.
(2) Chancellaria da Ordem de Santiago, liv. 12, fl. 43 v.

Documento III

Dom Phelippe como gouernador etc. Faço saber aos que este aluará uirem que hauendo respeito a se me Representar pellos oficiaes da Camara da villa de Palmella a grande falta que há naquella villa de ensino do Canto aos moços della por o mestre do Canto os não ensinar a alguns mezes e informação do Prior mór do dito conuento porque me constou ser assy e que a Rezão porque o mestre não insinaua procedia de hauer entrado naquelle convento com partido de doze mil reis e se lhe hauer tirado na extinção dos partidos do dito conuento e por remedear esta necessidade e os inconuenientes que diso podem resultar hey por bem e me praz de estinguir os Partidos de trinta alqueires de trigo que se pagão nas rendas da comenda da villa de Cabrella ao pedreiro e ao carpinteiro do dito conuento e que estes se dem daqui em diante ao mestre da dita capella com obrigação de ler e ensinar no dito conuento as pessoas delle e os moços como até gora fazia os quaes trinta alqueires terá e hauerá em cada hum anno com a dita obrigação enquanto não for prouido de beneficio e pello treslado deste com certidão sua mando que seja leuado em conta a pessoa que fizer o tal pagamento e este se cumprirá inteiramente sem duvida algũa sendo passado pela chancellaria da ordem e uallerá como carta sem embargo de qualquer prouizão ou Regimento em contrario. El Rey Nosso Senhor o mandou pelos deputados do despacho da meza da Consciencia e Ordens. Dom Antonio Mascarenhas e Dom Carlos de Noronha. Bertolameu Daraujo a fez em Lisboa a 20 de março de 1634. Francisco Coelho de Castro a fez escreuer. E vagando estes trinta alqueires ficarão aplicados a pessoa que o Prior mór nomear por olheiro das rendas do conuento (1).

Documento IV

Dom Jozé etc. Faço saber aos que esta Provizão virem que por se achar vago o lugar de Mestre da Capella do Convento de Palmela, o qual vagou pelo Padre Claudio Jozé da Silva Nogueira que se acha provido no Priorado da Igreja Matriz da villa de Alhos Vedros. Hey por bem fazer mercê do dito lugar ao Padre Ignacio Jozé de Carvalho Freire Conventual do mesmo Convento. Pello que mando ao Superior e mais Freires do referido Convento, hajão, e conheção ao dito Padre Ignacio Jozé de Carvalho por Mestre de Capella delle, e lhe deixem haver com o mesmo Lugar tudo o que direitamente lhe pertencer, e esta se cumprirá, sendo passada pella Chancellaria da Ordem. El Rey Nosso Senhor o mandou por Sua Real Rezolução pelos Doutores Philippe Maciel e Jozé Ferreyra de Horta Deputados do despacho do Tribunal da Meza da Consciencia e Ordens. Agostinho Jozé da Costa a fes em Lisboa a sete de Outubro de mil setecentos e cincoenta e tres annos. Pagou de assignatura duzentos e quarenta reis. Antonio Jozé Correa, Manuel de

(1) Chancellaria da Ordem de Santiago, liv. 13, fl. 93 v.

*

Aboim a fes escrever, e assignou o Doutor Phelippe de Abranches Castello Branco — Jozé Ferreyra de Horta — Phelippe de Abranches Castello Branco (1).

Documento V

Dom Pedro etc. Faço saber aos que esta minha Provizão virem que havendo respeito a estar vago no Convento de Palmella o cargo de Mestre de Capella delle por auzencia do Padre Jeronymo Froes e por confiar da suficiencia e prestimo do Padre Sebastião da Fonseca e Payva e ter todos os requezitos que se requerem para o dito cargo. Hey por bem de o prover nella com a mesma ração que vagou por promoção de André da Silva Coelho, com o qual haverá a mesma anteguidade e previlegios que tinha quando sahio do Convento sem embargo de ser meia ração e emquanto exercitar a dita ocupação pela auzencia do Proprietario havera da ração inteira della por seu trabalho outra meia e vagando outra meia ração do Mestre da dita Capella do dito Convento por algum caso logo passara a ella o dito Sebastião da Fonseca emquanto o proprietario entre no dito cargo passara a outra qualquer ração inteira para quem vagar com declaração que ainda que já tenha ração inteira todas as vezes que vagar a de Mestre da dita Capella passara a ella deixando a quem tiver, pois a razão com que lhe faço este provimento he por se nesesitar de seu prestimo no dito lugar o qual já no mesmo Convento com toda a boa satisfação ocupou. Pello que mando ao Superior do dito Convento e a quem mais pelo tempo em deante pertencer cumprão e guardem esta minha Provizão inteiramente e dê a posse do dito cargo ao dito Sebastião da Fonseca para o ter e posuyr na forma que o teve seu antecessor e da maneira que asima se declara e esta se cumprira sendo passada pela chancellaria da Ordem. El Rey Nosso Senhor o mandou pelos Doutores Luis de Oliveira da Costa e Francisco da Silva e Sousa Deputados do Despacho da Mesa da Consciencia e Ordens. Manoel da Silva a fes em Lisboa a treze de Novembro de mil seiscentos oitenta e cinco. Lourenço Vas Pretto Monteiro a fes escrever (2).

Documento VI

Dom João etc. Faço saber aos que esta provizão virem que por estar vago o lugar de Mestre dos Noviços do Convento de Palmella da dita Ordem de Samtiago. Hey por bem nomear para o dito lugar ao Padre Manoel Veloso Freyre Conventual do mesmo Convento por confiar delle que servirá bem o dito lugar Pello que mando ao supprior e mais Freyres do dito Convento hajão e conhessão nelle ao dito Padre Manoel Veloso por Mestre dos noviços delle a quem os mesmos noviços obdecerão em tudo o que pello dito seu Mestre lhe fez ordenado sem duvida algum *(sic)* e esta se cumprirá sendo passada pella chancellaria da Ordem. El Rei Nosso Senhor o mandou pelos Doutores Phelippe Maciel e José Fer-

(1) Chancellaria da Ordem de Santiago, liv. 34, fl. 128.
(2) Chancellaria da Ordem de Santiago, liv. 19, fl. 467.

reyra de Horta Deputados do despacho do Tribunal da Meza da Consciencia e Ordens. João da Silva da Crus a fes em Lisboa a des de Dezembro de mil setecentos quarenta e cinco. Antonio José Correa. Manoel de Alboim a fes escrever (1).

Documento VII

Dom João etc. Faço saber aos que esta Provisão virem que por estar vago o lugar de Mestre da Cappella do Real Convento de Palmella da dita Ordem de Santiago e me representar Claudio José da Silva Nogueira ter os requezitos necessarios para bem servir o dito Lugar Hey por bem fazer lhe mercê delle para o que sendo necessario despenço com elle na falta de nobreza. Pello que mando ao supprior do Convento de Palmella receba nelle ao dito Claudio José da Silva Nogueira lançando lhe o habito dos freires conventuaes delle para o ter a titulo do dito Lugar de Mestre de Cappella do mesmo Convento precedendo primeiro as deligencias do Estillo, e esta se cumprirá sendo passada pela Chancellaria da Ordem. El Rei Nosso Senhor o mandou pelos Doutores Phelippe Maciel e José Ferreira de Horta Deputados do despacho do Tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens. João da Silva da Crus a fes em Lisboa a dez de dezembro de mil setecentos quarenta e cinco — Antonio José Correa e Manuel de Aboim a fes escrever (2).

(Continúa). SOUSA VITERBO.

(1) Chancellaria da Ordem de Santiago, liv. 29, fl. 379 v.
(2) Chancellaria da Ordem de Santiago, liv. 29, fl. 379 v.

FONTES DOS LUSIADAS

(Cont. do n.º 9, pag. 536)

O *com causa,* que em IV, 5, 1, é complemento de *desonrado,* encontrou-o o poeta no mesmo sentido neste logar do *Palmeirim:* «Bẽ ouuirã ellas estas palauras, que como parecessem ditas cõ causa, a todas pareceo seria bẽ darẽ lhe algũ contentamento» (cap. 144) (1). *Com causa,* isto é, *com razão* (2).

Ser com a significação de *acontecer, suceder,* de que temos exemplos em IV, 14, 1, e VI, 86, 2, aparece tambem no *Palmeirim:* «Em todas as cousas o que desejey fazer me foy tam mal» (cap. 49).

Erro na acepção moral de *falta, culpa,* e *emenda* na de *castigo,* é vulgar na epopea (cf. IV, 14, 1; IX, 25, 5-6; X, 53, 3) e no *Palmeirim.* «Vosso neto, em quẽ este erro nunca coube...» (cap. 65). «Se me ousais esperar, eu vos darey a emenda do desprazer que me fizestes» (cap. 51).

Sentir, como sinonimo de *ver, conhecer, saber,* é tambem corrente nas duas obras. Assim, por exemplo, em IV, 14, 1-2:

> Mas nunca foy que este erro se sentisse
> No forte Dom Nuno etc.

Veja-se ainda VI, 36, 2, e X, 38, 1.

E no *Palmeirim:* «Nã sinto ẽ cuja guarda milhor (3) que na minha possays estar» (cap. 87).

---

(1) Tomo III, pag. 162, da edição de 1786, da qual me servirei desde agora. É feita pela de 1567.

(2) Cf. o que fica dito a pag. 299 destes estudos.

(3) Grafia que tambem aparece na 1.ª edição do poema. Cf. I, 77, 5. *Milhôr, piôr,* é pronuncia popular em algumas partes.

Em IV, 15, 3-4, Portugal é uma

> ..... provincia (1), que princesa
> Foy das gentes na guerra em toda parte.

Esta passagem dos *Lusiadas* faz naturalmente lembrar o que se lê no cap. 53 do *Palmeirim:* «Acharã se tã longe d'Inglaterra, como aquelles que erã lançados na costa de Espanha e tam metidos nella, que quasi estauã no fim da terra da belicosa Lusitania, prouincia entam pouoada de muitos e muy esforçados caualleiros, onde por vertude do planeta que a rege, os ouue sempre muy famosos».

Em IV, 22, 3-8, diz o poeta, dando conta dos preparativos dos portugueses para a guerra contra o invasor castelhano:

> Hũs as armas alimpão & renouam,
> Que a ferrugem da paz gastadas tinha (2),
> Capacetes estofam, peitos prouão;
> Armase cada hum como conuinha (3).
> Outros fazem vestidos de mil cores,
> Com letras & tenções de seus amores.

No cap. 156 do *Palmeirim (Do que se fez em Costantinopla, e como Targiana auisou da vinda dos inimigos)* ha uma passa-

---

(1) Em Fernão Lopes, por exemplo, leu o poeta: «Nenhum Rei da Espanha, nem doutra provemçia mais alongada...» (*Cronica del Rei D. Pedro I,* cap. 15). «Forom os Reis em suas provemçias muj comtorvados de tal feito» (*Cronica del Rei D. Fernando,* cap. 113).

(2) Camões abstrai do que se tinha passado no tempo de D. Fernando, no qual, como elle mesmo diz (III, 138, 5-7),

> ... vindo o Castelhano deuastando
> As terras sem defesa, esteue perto
> De destruirse o Reino totalmente.

Como já fica dito, não é este o unico caso em que, nas estancias relativas ao reinado de D. João I, ha divergencia com as fontes historicas.

(3) D. Fernando havia prescrito o armamento que deviam ter as pessoas obrigadas á guerra. «Os que eram bem armados aviam de teer barvuda com seu camalho, e estofa, e cota, e jaque, e coxotes e canelleiras Framçeses, e luvas, e estoque, e grave. Os homeens de pee de vijmte annos acima, avia de teer funda, e lança, e dous dardos» etc. (Fernão Lopes, *Cronica,* cap. 87). Em Aljubarrota, «as armas defensaveis de todos (*os bem armados,* naturalmente) eram bacinetes de canal, delles com caras, delles sem ellas, e folhas e loudeis, e cotas e faldões e panceiras» (Idem, *Cronica de D. João I,* 2.ª parte, cap. 38).

gem correspondente á dos *Lusiadas:* «O aluoroço era tã geral, que nenhũa pessoa estaua sem elle: hũs concertauam armas, outros sobeuistas (1) e galantarias, cada hũ segundo sua hidade ou a condição lho pedia».

Que querem, porém, significar as palavras do poeta: *vestidos de mil cores?*

Naturalmente o mesmo que as *sobreuistas e galantarias* de Francisco de Moraes.

O que sabemos por Fernão Lopes é que em Aljubarrota «não havia cotas d'armas, por que o conde nem outros fidalgos fossem conhecidos, ca ainda entonce não era em uso, mas o conde trazia uma jaqueta de lã verde, toda bordada de roseiras, des ahi cota, peito e braçaes e arnez de pernas e guantes... e espada cinta e adaga». E «el-rei era vestido d'armas quaes cumpriam a sua defensão, e um loudel em cima semeado de rodas de ramos, e em meio outras rodas e escudos de S. Jorge» (2).

E é natural que muitos dos fidalgos, sobretudo os *da ala dos namorados,* que «haviam uma grande bandeira, ordenada á vontade de todos», troucessem tambem *sobrevistas* e *galantarias, segundo a sua idade ou condição lho pedia* (3).

Das *letras* mencionadas no verso 8.º e em VI, 52, 7, fala-se muitas vezes no *Palmeirim,* como é natural. Basta um exemplo. «Dõ Duardos, o emperador Vernao e o soldam Belagriz tiraram armas de branco e negro com troços d'ouro,... no escudo ẽ campo negro grifos negros cõ letras d'ouro no bico, que deziam os nomes de quem mais tinham na vontade» (cap. 165).

Emquanto á palavra *tenção,* no *Palmeirim* só a encontro com a significação que tem neste logar: «Indo contra a porta do castello... viu hum escudo de marmore, encaixado na

(1) *Sobrevestes* diz, por exemplo, J. Ferreira de Vasconcellos no *Memorial das proezas da segunda tavola redonda,* pag. 73, etc. (Edição de 1867).

(2) *Cronica,* 2.ª parte, cap. 38.

(3) Até onde o pintalgado, *as varias cores* chegavam no tempo de Camões, sabemo-lo pela descrição que Ferreira de Vasconcellos nos deixou do torneio de Xabregas em 1553 (*Memorial,* pag. 330 e segg). Dous trechos. «Dom Antonio de Noronha... trazia armas brancas lavradas douro e sobrelas coura de tafetá pardo, bordada de tecidos de cetim amarelo, pardo e branco e forradas de telilha douro» (pag. 338). «O muy esclarecido Principe (D. João) se armou... de humas armas brancas lavradas de agoa forte... e sobre as armas huma sobreveste de setim carmesi, atorçalado douro e prata dalto a baixo» etc. (pag. 352).

mesma pedra e posta nella em campo hũa imagẽ de molher... Tinha no regaço hũas letras brancas, que deziã: Miraguarda: e bẽ lhe pareceo que aquelle seria seu proprio nome... Mas a tençã porque as letras alli se poserã nã era esta, se nam porque se guardassem do gigante Almourol... Ho qual, pera fazer sua tençam verdadeira, sayo de dentro» etc. (cap. 53). Em outros escritores, porém, a palavra *tenção* ou corresponde ao que Francisco de Moraes chama *devisa* (1) ou é sinonima de letra, na acepção que tem em IV, 22, 8 (2).

Que sentido deu aqui o poeta á palavra *tenção?* Quís indicar os emblemas, as figuras, tão usadas nos escudos, em outras partes da armadura, nas bandeiras (3)? Quís apenas repetir a ideia já enunciada pela palavra anterior (4)?

Qualquer das explicações se póde aceitar, a meu ver.

E onde traziam os combatentes as *letras e tenções?*

No *Palmeirim,* o logar classico eram os escudos, mas em Aljubarrota parece que estes só excepcionalmente seriam usados pelos portugueses (5). Pelo menos, Fernão Lopes não os enumera entre as armas *defensaveis* de que eles se serviam e o fato de Nunalvares o trazer, antes do começo da batalha, merece uma referencia especial ao nosso cronista (6).

No torneio de Xabregas, em que tambem não se fez uso de escudos (pelo menos não ha a eles nenhuma alusão), os combatentes que usavam *letras* traziam-nas nos elmos ou murriões. «... O elmete da sorte das armas, com huma penacheyra de muitas plumas: a cujo pé trazia pintados huns castelos de vento com huma letra *Si l'error*» etc. (*Memorial* etc., pag. 337).

Em Aljubarrota, segundo o sentido obvio do texto, as

(1) «La devise complète a *corps* et *âme;* le corps, c'est l'emblème; l'ame, c'est la légende explicative» (*La Grande Encyclopédie,* v. *Devise.* Paris, 1890).

(2) São conhecidos os versos de Camões á *tenção de Miraguarda,* isto é, á letra que se lia no regaço do vulto daquela castelã.

(3) Em Aljubarrota, «a az da vanguarda com suas alas era semeada de bandeiras e pendões, como a cada um prazia ter, ca ahi não havia entonce rei d'armas nem outro arauto que a ninguem desdicesse» (Fernão Lopes, loc. cit., cap. 38).

(4) Compare-se, por exemplo, *o prazo e dia assinalado* de VI, 58, 1.

(5) Entre os castelhanos havia muitos *apavesados* (F. L., cap. 33).

(6) «O condestabre... andava em cima d'um cavallo por entre sua vanguarda e alas, de uma parte pera a outra, com um escudo no braço, da parte dos inimigos, por receio dos virotões, que d'alguns logares vinham» (cap. 42).

letras e *tenções* figuravam nos *vestidos de varias cores,* isto é, segundo penso, nas jaquetas ou sobrevestes que cobriam as cotas, os *peitos,* como diz o poeta.

Isto a não querer supôr-se que o *com* de IV, 22, 8, tem apenas sentido conjuntivo (1), não se precisando neste caso o logar das *letras* e *tenções.*

A expressão *fazer não sentir* de IV, 29, 7 (*o furor de offender... o immigo faz não sentir* etc.) ocorre com frequencia no *Palmeirim:* «O gosto da vitoria lhe fazia não sentir o trabalho» (cap. 22). «Isso me faz nam sentir muito nam ser eu» etc. (cap. 145).

Para a interpretação da palavra *tempo* (2) em IV, 51, 2, contribuem estas passagens do *Palmeirim:* «Alli repousou muitos dias,... porque o tempo e a fortuna lhe deu algũ repouso, cousa, que te entam lhe nunca dera» (cap. 134). «Esta he a mayor vergonha e maa ventura, que o tempo nos podia dar» (cap. 125).

Em IV, 53, 7–8, diz o poeta:

> Codro, nem Curcio, ouuido (3) por espanto,
> Nem os Decios leais fizeram tanto.

Por espanto, isto é, *como cousa espantosa* (4). É maneira de dizer corrente no *Palmeirim.* «Miraguarda, em cujo parecer e fermosura se fala por espanto» (cap. 71). «Sentindo por trabalho ter comprimento cõ cada hũa» (cap. 117). Ás vezes, a expressão é substituida pela sua equivalente: «Tendo por cousa espantosa por mão de um caualleiro ser vencida aquella ferocidade» (cap. 43).

---

(1) Seria uma construção analoga a esta, muito frequente no *Palmeirim:* «(O) gigante Farnarque... cõ vinte caualleiros leuaram a ella e sua filha e matarã a todos» etc. (cap. 2).

(2) A pag. 151 julguei aceitavel a substituição proposta por Gomes de Amorim: *fado* em vez de *tempo.*

(3) *Ouvidos* escreveu por certo o poeta. É emenda proposta por Freire de Carvalho e Gomes de Amorim. Os dous versos dos *Lusiadas* imitam estes do *Furioso:*

> Quei Decii, e quel nel Roman foro absorto,
> Quel si lodato Codro da gli Argivi,
> Non con più altrui profitto e più suo onore
> A morte si donâr, del tuo signore.
> (XLIII, 174, 5–8).

(4) Cf. *por gloria,* em IV, 64, 4; VII, 56, 8; *por nobreza,* VII, 51, 3.

Convencido de que não é da responsabilidade do poeta o erro historico que involve o epíteto *unico* de IV, 54, 1,

> Mas Affonso do Reino unico herdeiro,

propús, baseando-me na respectiva fonte, que emprega a frase *primogenito herdeiro* (1), a correcção *primo* (pag. 157–159) (2).

Ora no *Palmeirim* encontrou Camões esta passagem: «Todos tres são primos erdeiros de estados nobres, hũ se chama Lustramar, filho mayor do marques Astramor, o outro Arpiã, erdeiro do ducado de Archeste» etc. (cap. 129).

A expressão *fazer maravilhas em armas,* bem como o epiteto *estremadas,* de IV, 56, 5 e 7, aparecem com muita frequencia no *Palmeirim:* «E assi passou por elle... fazendo marauilhas em armas» (cap. 12). «E posto que fizera em armas cousas tam estremadas quaes nunca de outrem se viram» etc. (cap. 40).

O verbo *atrever-se,* tendo por complemento um infinito sem a preposição *a,* que se encontra em IV, 64, 8 (*não se atreveo passar*), foi mais de uma vez usado por Francisco de Moraes. «Se vos atreverdes ir a essa corte» escreveu elle no cap. 76. E no cap. 141: «Atrever uos eys leuar nos ao castello d'Almourol?»

Os versos 3–5 de IV, 68:

> Revolvendo contino (3) no conceito
> De seu officio e sangue a obrigação,
> Os olhos lhe occupou o somno acceito,
> Sem lhe desocupar o coração,

---

(1) No *Trauctado da Uirtuosa Benfeyturia,* o infante D. Pedro chama tambem a seu irmão, o infante D. Duarte, «primogenito herdeiro dos Reynos de portugal e do Algarue». *Collecção de Manuscriptos ineditos, agora dados á estampa,* II, 1. Porto, 1910. É uma valiosa série de publicações, devidas á Bibliotheca Municipal do Porto.

(2) Cf. em IV, 69, 2: *prima esphera.*

(3) Adjectivo empregado como adverbio aqui e em III, 8, 7; VIII, 3, 4, etc. Cf. *claro,* I, 34, 2; *subito,* I, 71, 2; III, 67, 1; V, 60, 2; VI, 35, 1; 36, 6; 37, 5; IX, 71, 4; 72, 3; *certo,* II, 15, 7; V, 49, 4; VII, 38, 5; 64, 7; VIII, 39, 6; *junto,* IV, 39, 7; etc. Uma vez ou outra, os adverbios aparecem sob a forma de adjectivos, a concordar com substantivos. Assim em IV, 69, 6, *os olhos longos estendera,* e em V, 25, 5–6, *para que mais certas se conheçam as partes onde estamos.* No primeiro caso, *longos* por *ao longe;* no segundo, *certas* por *certamente.*

Em quanto á forma *contino* (cf. *Palmeirim,* cap. 131, etc.), é frequente o desaparecimento do *u,* não só depois de *q* e *g* (*longinco, inico, antigo,* etc.), mas ainda em outros casos (*cardo,* de *carduus; morto,* de *mortuus,* etc.).

podem considerar-se como uma paráfrase deste passo do *Palmeirim:* «Assi esteue tanto reuoluendo em si seu cuidado, que có elle adormeceu, porẽ o somno não era tã descansado, que o deixasse repousar» (cap. 32).

Adoptando a opinião de que o paraiso terreal foi nos montes donde nascem o Indo e o Ganges (1), o poeta diz em IV, 70, que, desde que Adão pecou, nunca mais pés humanos romperam aquelles montes, adversarios de mais *conversação* que não seja a das feras e aves.

Conversação, no sentido que aqui tem de *convivencia,* etc., é muito da predilecção de Francisco de Moraes. «Como suas feridas fossem curadas na conversação daquellas donzellas fermosas» etc. (cap. 55).

Leve, com a significação de *facil,* que se encontra em IV, 79, 4, e em I, 86, 7, ocorre tambem no *Palmeirim.* Exemplo: «Esperando que... elle (ficaria) tã cansado, que fosse mais leue de vencer» (cap. 110). *Levemente* por *facilmente* lê-se em II, 16, 3, IX, 46, 5, X, 49, 3, e no *Palmeirim,* cap. 76, diz-se: «Palmeirim, que nenhũa conuersaçã lhe parecia milhor que a vida solitaria, deu lha (licença de se ir) muito leuemente».

Sofrer, equivalente a *conter-se* (IV, 79, 5), tem emprego analogo no *Palmeirim:* «Posto que todos... fizessem marauilhas pera soffrer a furia de seus contrarios» (2) (cap. 46). Cf. cap. 151: «Nam teue Dramusiando tanto sofrimento, que esperasse o fim da pratica» (3).

A significação de *desembaraço, isenção de acanhamento,* etc., que a palavra *despejo* tem em IV, 84, 6, é vulgar no *Palmeirim:* «Isto o fez logo mais alegre, e fallar com mais despejo» (cap. 101).

Os

> Bramidos de trovões, que o mundo fendem

de V, 16, 6, fazem lembrar esta passagem, aliás muito mais

(1) Flavio Josepho, Eusebio, S. Jeronimo e outros identificam com o Ganges o Pischon, uma das quatro correntes que saíam do paraiso. Veja-se Dilmann, *Die Genesis,* pag. 60 (Leipzig, 1892).

No logar citado (IV, 70) e em IV, 74, 1-2, e VII, 1, 4, segue o poeta esta opinião. Mas em III, 72, 8, e em IV, 64, 4, coloca o paraiso terreal na Armenia, onde nascem dois dos quatro rios, que, segundo a narrativa biblica, teem a sua origem no Eden.

(2) *Contrarios,* nesta acepção, encontra-se varias vezes nos *Lusiadas,* II, 39, 4, IV, 19, 8, etc.

(3) Esta palavra é frequente nos *Lusiadas:* II, 85, 2; 108, 1, etc.

exagerada, do *Palmeirim:* «Parecia que... os alaridos de alguns barbaros fendiam as estrellas» (cap. 166).

Longos por *longinquos,* que se lê em V, 41, 6 (1),

> E navegar meus longos mares ousas,

não é raro no *Palmeirim:* «De mui longas terras vim a esta» (cap. 51).

Para a interpretação dos versos por que termina V, 43,

> Eu farey de improuiso tal castigo,
> Que seja môr o dano que o perigo,

e de que já me ocupei a pag. 74-76, contribuem tambem estas palavras de Francisco de Moraes: «O (caualleiro) da fortuna... (o) pos ẽ tal estado cõ muitas feridas, que o fez vir a terra tã perto de morto, que nã teue acordo pera sentir o perigo em qu'estaua» (cap. 18).

Tomar vingança (V, 44, 1-2) é expressão que varias vezes se encontra no *Palmeirim.* «Em cuja pessoa espero tomar vingança tã crua e tã aspera» etc. (cap. 107).

Em V, 45, 7-8,

> Comigo de seus damnos o ameaça
> A destruida Quiloa com Mombaça,

a preposição *de* é empregada como neste passo... «Algũs (escudos tinham) perdidas as cores da chuua e sereno» (cap. 108). *Da,* isto é, *por causa da.*

O verbo *resistir,* que o poeta ás vezes usa como transitivo, quer na voz activa (V, 72, 2), quer na passiva (VIII, 50, 2),

(1) Cf. V, 59, 4: *longas aguas,* em que póde ter a mesma significação. Em VIII, 4, 6 (*longo mar*) o epiteto está no sentido usual de *extenso.*

Direi de passagem que em V, 14, 4, me parece haver um erro de imprensa em *Alguns tempos,* por *Longos tempos.* Basta ler o que diz o poeta:

> Já descuberto tinhamos diante
> La no nouo Hemisperio noua estrella,
> Não vista de outra gente, que ignorante
> Alguns tempos esteve incerta della.

Alguns tempos parece-me muito pouco. Compare-se o *longos tempos* de I, 28, 3.

é empregado da mesma maneira por Francisco de Moraes, neste e em muitos outros logares: «Fraco amparo vos vejo pera resistir minha ira» (cap. 133). «Considerando... com quanto dano... se havia de resistir» (cap. 156).

A frase *lhe dá pouco ou nada disso* (v, 98, 8), que póde não parecer muito propria do estilo épico, leu-a o poeta frequentes vezes no *Palmeirim*. «Disso me dá bem pouco» (cap. 151). «Dos (perigos) que tiuer por vós me não dá nada» (cap. 139). Cf. cap. 6, 49, 58, etc.

A preposição *em* num complemento de modo, que se encontra em VI, 1, 1,

Não sabia em que modo festejasse,

aparece tambem neste logar do *Palmeirim:* «O seu palafrem andara em toda sua força» (cap. 68).

Como anotação ao verbo *passar* em VI, 25, 8 (*Arabia em cheiro passa*), lêa-se este logar do *Palmeirim:* «Delle naceria quẽ ẽ fermosura e parecer passasse todalas de sua idade» (cap. 155) (1).

Em VI, 28, 4, *corra e ande* está por *correndo ande*. É uma especie de hendiadis, de que temos tambem um exemplo neste passo do *Palmeirim:* «(O imperador) se partio pera o paço, sem querer caualgar, indo e praticando em sua viage» (cap. 122).

Em VI, 34, 5,

Mais quis dizer e não passou daqui,

a conjunção *e* tem a força da adversativa *mas*. O mesmo acontece em VIII, 82, 2,

O Gama com instancia lhe requere
Que o mande pôr nas naos, e não lhe val,

e ainda em VI, 28, 8:

Contra os humanos (2) fracos & atreuidos.

---

(1) No cap. 38 aparece o verbo *trespassar* no mesmo sentido: «Como quem co'ellas achaua trespassadas as forças de seu saber».

(2) Cf. VI, 29, 8; IX, 20, 8; X, 54, 2, etc. Francisco de Moraes emprega tambem esta palavra como substantivo em mais de um logar. Veja-se por exemplo o *prologo á infanta D. Maria*.

Confrontem-se, entre outras, estas passagens do *Palmeirim:* «A fermosura dessa senhora vos da atreuimento a soltardes palauras necias, e nã sey se vos dara forças pera sustentardes o que dizeis» (cap. 87). «Algũas lagrimas ouue naquellas senhoras, e nã tantas como na partida de Florendos» (cap. 95).

Socorrer com o complemento indirecto *lhe* (VI, 48, 1) é tambem usado por Francisco de Moraes: «E porque vi que lhe nam podia socorrer, quis» etc. (cap. 128).

Em VI, 55, 3, a preposição *a*, na frase *ao prazo instituido*, corresponde a *em*, como neste passo do *Palmeirim:* «Ao tempo que o principe dõ Duardos... desapareceu, eu fuy o que a triste noua... trouue» (cap. 45).

A locução *segurar o campo* (VI, 58, 3) é frequentissima no *Palmeirim*, onde a cada passo se descrevem minuciosamente justas e torneios, efectuados com previa licença e sob a vigilancia, directa ou delegada, dos regentes do país ou chefes dos combatentes. «(Framustante e Dramusiando) se desafiaram pera outro (1) dia... O imperador segurou o campo de sua parte; o soldam de Persia ficou de fazer cõ Albayzar que o mandasse segurar da sua» (cap. 163).

A hendiadis de VI, 58, 7,

Vestem-se ellas de corès & de sedas,

isto é, *de sedas de cores variadas*, é semelhante a esta do *Palmeirim:* «Vestidas de cores e roupas tã nouas, como se forã daquelle dia» (cap. 120).

Outra imitação desta maneira de dizer temo-la em VIII, 14, 2: *nú de seda e pano*, logar a que já me referi a pag. 44-45.

Em VI, 59, 5-8, os *onze*, querendo acentuar que a falta do Magriço não obstará a que fiquem vitoriosos, declaram que este resultado haviam de consegui-lo, ainda que faltassem dous e mesmo tres dos seus companheiros, isto é, ainda que fossem dez ou nove contra doze.

---

(1) Isto é: *o outro*, na significação da palavra latina *alterum*, de que deriva. Nesta acepção é muito frequente no *Palmeirim*. Dos *Lusiadas* podem, a meu ver, citar-se I, 38, 3 (*esta gente que busca outro hemisphe-rio*) e V, 65, 5-6 (*o ilheo deixamos onde veio outra armada primeira, que buscava* etc.).

..... Os onze apregoão que acabado (1)
Sera o negocio assi na corte Ingresa (2),
Que as damas vencedoras se conheçam,
Posto que dous & tres (3) dos seus falleção (4).

Falecer, na significação que aqui tem de *faltar*, é muito usado por Francisco de Moraes. «Soo os dous hirmãos faleciã dos muros a dentro, pera se afirmar que alli nã faltaua nada» (cap. 90). Cf. ainda *Lusiadas*, VI, 88, 2; VII, 83, 2; VIII, 78, 2, etc.

Em VI, 60, diz-se que portugueses e ingleses estavam no campo tres e tres e quatro e quatro (5) e por certo foi assim que saíram para o torneio (6). No *Palmeirim* tambem os chefes do exercito christão, na primeira grande batalha em frente de Constantinopla (7) «sayrã de dous em dous e de tres em tres», tendo cada grupo armas iguais (cap. 165).

(Continúa). DR. JOSÉ MARIA RODRIGUES.

---

(1) Isto é, levado a cabo com bom exito. «Vosso filho fez Deos tal que nam quererá que tam asinha acabe, pois elle pera acabar tã grandes cousas volo deu» (*Palmeirim*, cap. 4). *Asinha* encontra-se tambem em varios passos dos *Lusiadas* (VI, 3, 3; II, 6, etc.).

(2) Assim escrevia tambem Francisco de Moraes, que aliás adopta a forma *Inglaterra*. Nos *Lusiadas* alterna *ingrês* com *inglês* (VI, 44, 1; 47, 1, etc.). Cf. o termo popular *ingresia*.

(3) Gomes de Amorim propõe se lêa *dous ou tres*, pois «dous e tres são cinco» (II, 32). Mas não ha razão para a emenda. O que o texto quer dizer é: a ausencia dum não faz diferença para a vitoria e podiam faltar dous e até mesmo tres, que esta ainda assim pertenceria aos portugueses e portanto ás damas que eles vinham desagravar.

(4) Note-se a grafia das desinências das palavras por que terminam os versos 7 e 8. No *Palmeirim* temos *am*, *ão* e *ã*.

(5) Os portugueses formariam dous grupos de quatro e um de tres, mas dos tres grupos correspondentes dos ingleses sobraria um cavaleiro, com direito a tomar parte na luta, segundo a expressa aquiescencia dos *onze*.

(6) Palavras da obra classica de Léon Gautier, *La Chevalerie* (Paris, 1895), pag. 691: «Neuf heures du matin... C'est l'heure fixée pour l'ouverture du tournoi. Un beau cortège s'ébranle et se met en marche, hérauts en tête, jongleurs aux flancs. Les jouteurs, tous les jouteurs sont là, deux par deux, trois par trois».

(7) *Costantinopla* e *Costantino* escreveram tanto o poeta como Francisco de Moraes.

MEMORIAS DE CASTILHO

LIVRO IX

1861-1866

(Cont. do n.º 10, pag. 615)

3.ª Carta

«Mãe carissima.

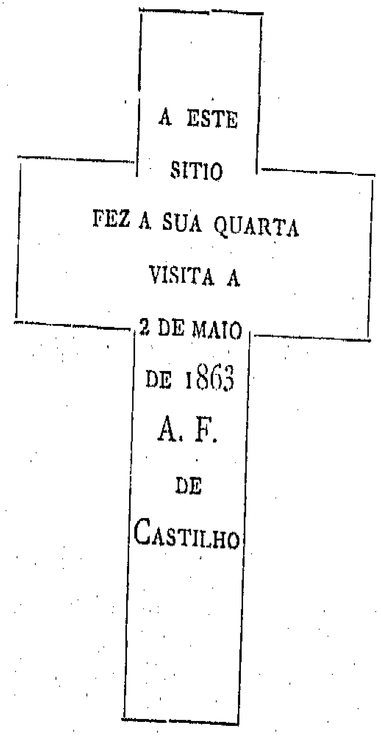
«Aguim — 2 de Maio de 1863 — 11 horas e meia da noite.

«Ás 5 horas da madrugada de hoje nos esperava á porta da hospedaria um *coupé*, o melhor de Coimbra, em que nos mettemos todos ás 7 e meia, com direcção para o Bussaco. Passámos pela Mealhada, aldeolasinha insignificante, e fomos ter a Luso, onde ha uma hospedaria muito reles, que foi feita por causa do estabelecimento dos banhos de aguas thermaes, que é bonito por fóra, mas que não podémos ver por dentro por ainda não estar chegada a estação dos banhos. Fica arredada de Coimbra umas quatro horas de caminho. Almoçámos pela segunda vez, pois o tinhamos já feito, antes de sahirmos, em Coimbra, e partimos immediatamente, acompanhados por uma mulher que nos serviu de guia para o Bussaco, que fica talvez a uma meia legua arredado.

«A descripção que eu tentasse fazer da matta, iria sempre tão distante de se assemelhar, de longe, a qualquer imitação de uma copia má do Bussaco, como eu estou livre de ser Imperador da China. Não se imagina a extensão, a densidade, a altura, a frondosidade, a belleza, a verdura, o sussurro, a porção de rouxinoes e melros, a abundancia de aguas, o cardume de recordações profanas lançadas nas arvores, nas paredes, nas portas, no chão, em cruzes, em escadas, por ali, por aqui... por toda a parte emfim!

«Depois de caminharmos por uma magnifica alameda, chegámos a uma escadaria coberta de cantaria, mas toda arruinada, em cujo ultimo patamar superior está uma fontesinha,

com uma cruz por cima. A agua desce por um cano de pedra, que divide a escada ao meio, a descoberto, e se vai lançar n'um lago grande em baixo. Com muito trabalho consegui chegar á cruz, onde o Papá mandou escrever:



A esta fonte se chama a *Fonte Fria*.

«Diz o Moreto que no soberbo palacio de Saint-Cloud ha uma escadaria e fonte exactamente como aquella, mas muito mais moderna e grandiosa, que parece ter sido feita sobre uma copia d'esta nossa. Que honra!

«Continuando a subir todos os cinco (não sei se já disse que iamos todos cinco da caravana), fomos ter ao convento, que está inteiramente deteriorado, e que é todo forrado de cortiça. Na capella ha uma Magdalena em vulto magnifica, um presepio, e não sei que mais. As cellas, que diz o Papá ainda ha pouco tempo tinham o ar pobre e triste da primitiva, estão inteiramente estragadas. No emtanto, é um bom pedaço, pela novidade e extranheza que causa.

«Toda a matta é semeada de capellasitas, com sua cosinha, onde os frades iam fazer penitencia, passando noites a resar, e de grupos dos Passos do Senhor feitos em figuras de barro de tamanho quasi que natural, mettidos tambem em sua casita. Defronte de uma d'ellas, que representa a condemnação de Christo, creio eu, dada por Pilatos, ha um marco de pedra com uma argola, onde o pobre povo diz que Elle fôra,

amarrado, ao pé do qual está uma arvore cahida pelo pezo da gente que assistiu ao sacrificio!

«Todo este caminho nos conduziu á Cruz Alta, o ponto mais elevado de toda a matta, d'onde se avistam em redor sete bispados. É um panorama riquissimo! Só visto.

«Depois desta bellissima manhan, a mais cheia de bellas recordações que eu talvez tenho tido em minha vida, fomos jantar a Luso. Que poesia! Partimos depois no *coupé* para Aguim aonde chegámos á noitinha.

«Fui eu com o Moreto a diante, perguntar pela senhora D. Joanna de Cerveira, a quem falámos, apresentando o Moreto o seu bilhete de visita, e dissemos-lhe que vinhamos annunciar a visita de um alto Personagem, que estava n'uma carroagem á porta, com sua filha, a senhora Condessa de tal. Levámos os nossos espantados primos á carroagem, onde ficaram contentissimos de encontrar, em logar dos Condes figurados, o Papá e a Idinha.

«Fomos perfeitamente bem recebidos, não querendo elles consentir que o Bordallo e o Moreto se fossem embora n'essa noite; ao que, não foi possivel acceder.

«Fomos ao chá, e ás 10 horas nos separámos dos nossos companheiros, que foram para Coimbra, onde ainda a esta hora (meia noite) não chegaram.

«Depois do chá jogámos a bisca, que eu interrompi para vir conversar com a Maman.

«E agora estão-me chamando para a ceia. Muito boa noite. Mande-me noticias suas, e boas, e até já. — *Neli*.

*

4.ª Carta

«Mogofores, 3 de Maio de 1863.

«Mia Madresita.

«Esta cartinha era excusado escrevel-a agora, que é quasi meia noite; mas como é provavel que amanhan de dia não possa escrever, fica hoje feita para partir depois de amanhan, pois a mala-posta parte amanhan de madrugada, ficando a malla do correio fechada hoje á tarde. (Que trapalhada!)

«O dia de hoje nada teve de notavel, senão a immensa quantidade de primas e primos que eu conheci.

«Em Aguim levantei-me (que vergonha!) ás 10 horas e

*

meia. Já nos esperavam havia muito tempo para almoçar! Depois do almoço, conversámos um pouco por ali, e eu fui com o Justino, que foi escudeiro do Primo Bispo de Viseu, e que esteve em Lisboa com elle, caçar para a quinta, com uma espingarda que foi presente do tio José ao Primo Bispo (1).

«Ás 3 e meia jantámos, e ás 5 e tanto mettemo-nos todos na carroagem do Primo Antonio de Cerveira: elle, a mulher, o filho pequeno Josésito, e a filhinha Marianna, o Papá, a Idinha, e eu.

«Na estrada, que tem pelas bordas uma grade de madeira toda coberta de lindissimas roseiras brancas, e que é o *passeio publico* dos arredores, onde se junta a visinhança toda, encontrámos o Conde da Graciosa, para casa de quem nós iamos passar a noite, a snr.ª Condessa, uma filha casada, mais o marido, a Prima Maria Benedicta, de Mogofores (ou Monfores, segundo por cá se diz), irman do Primo Bispo, do Primo Antonio de Cerveira, de Aguim, da Prima Maria da Piedade, tambem de Aguim, casada com um Lente de Mathematica da Universidade tambem nosso Primo, do Primo Joaquim Basilio, de Canavaes, que tem mulher e duas filhas bonitas, de seus 16 ou 18 annos, Maria, e... não sei que nome tem a outra, o Aguiar e a mulher,... e creio que mais nenhum Primo, mas muita gente mais. (Outra trapalhada!)

«D'ahi a bocado, depois de ali estarmos sentados um pouco a conversar, fomos todos de rancho para a Graciosa, onde é o palacio do Conde. Ainda fui comer morangãos, ver uma linda alameda de buxo maior que qualquer das arvores do nosso quintal, e visitar um curioso museu.

«Passou-se a noite bem. Tocou-se, cantou a Prima Rosinha, que eu achei muito differente do que imaginava, para melhor (não se assuste, Maman!), jogou-se, etc.

«Ás 11 horas desmanchou-se a sociedade, onde havia uns dezasseis homens e outras tantas senhoras, e partimos para Mogofores, onde chegámos só o Papá, a Idinha, a prima Maria Benedicta, a Rosinha, e eu, tendo deixado todo o resto da gente semeado pelo caminho.

«Fomos immediatamente cear; e eu, para não atrazar um dia, vim escrever á minha Mamanzita, de quem ainda não recebi carta nenhuma, esperando comtudo, quando chegar a

(1) D. José Xavier de Cerveira e Sousa, Bispo do Funchal, depois de Beja, e por ultimo de Viseu; fallecido em Mogofores em 15 de Março de 1862.

Coimbra, achar lá umas poucas. Tomára já, pois estou com immensa vontade de saber noticias d'ahi, principalmente da sua saude.

«E agora, minha Senhora, recommende-me muito a todos esses senhores, da minha parte, e da Idinha, e do Papá, e eu sou, como sempre — De V. E. excuso de dizer o quê. — *Neli.*

«P. S. — A casa de Aguim é linda, respirando grandeza, commodidade, e abundancia. É um bello edificio, de quatro frentes e quatro entradas. Tem *rez-de-chaussée* e um andar; jardim, immenso pateo arborisado, grande e linda capella, excellentes quartos, sala muito bem posta, dois terraços, etc. N'aquella casa, como n'esta, somos tratados lautamente, e com toda a cordealidade e franqueza. Amanhan ao meio dia partimos para a Castanheira a cavallo em burros, deixando aqui a Idinha com as primas. A Castanheira dista d'aqui tres leguas, pouco mais; chegaremos lá por meia tarde, pernoitaremos, e voltaremos no dia seguinte ao meio dia para Mogofores, d'onde á tardinha partiremos com a Idinha para Aguim na carroagem do primo Antonio Xavier. Em Aguim passaremos o serão com a familia do Conde da Graciosa, que vai lá para nos visitar, e no dia seguinte partiremos para Coimbra».

(Continúa). JULIO DE CASTILHO.

MEMORIAS ARCHEOLOGICO-HISTORICAS DO DISTRICTO DE BRAGANÇA

(Cont. do n.º 10, pag. 631)

Incipit Porrochia sancte crucis de valarisa. donnus Suerius prelatus eiusdem Ecclesie iuratus et interrogatus dixit quod scit quod villa et Ecclesia sunt domini Regis et villa est incartata et homines de ipsa villa abbadant ipsam Ecclesiam quia dicunt quod sic habent de consuetudine. et scit quod ipsa Ecclesia tenet de hereditate regalenga in ipsa villa quam sibi mandauerunt homines de ipsa villa pro suis animis in tenpore istius Regis et de suis antesessoribus et non facit inde forum domino Regi. sed faciunt inde forum illi qui remanerunt in herancia de illis qui mandauerunt hereditatem predicte Ecclesie. et scit quod Concilium de sancta Cruce dedit Nuno martinj de chasin medietatem de uilla de vilar que erat Regalenga in diebus istius Regis et non facit inde forum. et ipsum Concilium dedit ei medietatem ipsius ville tali pacto quod si dominus Rex concederet sibi eam. quod teneret eam. et modo Rex non concedit sibi eam. et tenet eam per fortiam predictus Nunus martinj. et scit quod ipsum Concilium dedit Martino Tauaya hereditatem regalengam in loco qui dicitur Rio merdeyro. ut ipse Martinus tauaya non facere ipso Concilium malum. et hoc fuit in tenpore Regis donnj Sancii fratris istius. et modo vxor ipsius Martinj tauaya et sui filij tenent ipsam hereditatem et non faciunt inde forum domino Regi. et scit quod homines de ipsa villa de sancta Cruce mandauerunt Ordini Tenpli et Ospitali et Monasterio de Burio hereditatem Regalengam de ipsa villa de sancta Cruce pro suis animis in tenpore istius Regis. et de suis antesessoribus. et non faciunt inde forum. sed faciunt inde forum illi qui remanerunt in erancia de illis qui mandauerunt hereditatem predictis Ordinibus. interrogatus ubi iacet illa hereditas dixit quod in villa de sancta Cruce. interrogatus quanta est. dixit quod nesciebat. et scit quod duo homines de ipsa villa intrauerunt in Ordine sancti Antonij et mandarunt illi hereditatem regalengam de ipsa villa in tenpore

Regis donnj Sancii fratris istius et modo non faciunt inde forum nec alius homo pro eis.

. . . . . .

Gonsaluus godinj de sancta Cruce iuratus et interrogatus dixit sicut prelatus et dixit magis quod scit quod prado de Ripis erat Regalenga domini Regis et uidit eam prestamarium portare de manu domini Regis et filiauit eam Nunus martinj de chasim et non facit inde forum domino Regi. et dixit quod audiuit dicere hominibus qui sciebant quod due partes de villa de Lagoa erant forarie domini Regis et pausabat ibi Riqushomo. interrogatus qualem forum faciebant inde domino Regi dixit quod nesciebat. et inpetrauit ipsas duas partes de ipsa villa de hominibus forarijs Regis et non facit inde forum domino Regi. interrogatus in quo tenpore inpetrauit eas dixit quod scit quod in tenpore Regis donnj Sancii ueteris. et scit quod homines quando uolebant populare Sanctam Crucem dederunt Ospitali hereditatem Regalengam in loco qui dicitur samaos in tenpore Regis auolis istius pro illa hereditate in qua modo sedet villa de sancta Cruce que erat Ospitalis et dixit quod audiuit dicere hominibus qui sciebant quod donnus ffernandus menendj populauit uillam que uocatur sanctus Stephanus que stat super uillam de Lodonis que est domini Regis. in tenpore Regis donnj Sancii uteris pro ad ipsum Regem. et scit quod homines qui habitabant in ipsa villa tornarunt se homines hospitalis in tenpore Regis donnj Alfonsi patris istius et modo habet Ospitale ipsam villam et nichil inde habet dominus Rex.

Johannes petri de sancta Cruce iuratus et interrogatus dixit sicut Gonsaluus godinj. et dixit magis quod scit quod Monasterium de Burio inpetrauit in ipsa villa iij. leiras regalengas in loco qui dicitur pigneyro in tenpore Regis donnj Sancii fratris istius et non facit inde forum domino Regi. et scit quod homines de ipsa villa de sancta Cruce quando populabant ipsam villam dederunt donno Poncio Alfonsi in ipsa villa hereditatem et domos et modo habent eas filij de ipso donno Poncio et non faciunt inde forum domino Regi. et scit quod Martinus martinj tenet. i. peciam de terreno regalengo in loco qui dicitur Couelos et non facit inde forum domino Regi. interrogatus unde habuit eam et ex quo tenpore dixit quod nesciebat.

Martinus martinj de Lamelas iuratus et interrogatus dixit quod scit quod hereditas foraria domini Regis quam Menendus gomecij habebat in lamelas quod uendidit eam fratri suo ante quam uingasset eam. et modo non facit inde forum et

non debebat uendere ipsam hereditatem ante quam uingaret eam.

. . . . . .

Donnus Saluator de Turre de Menendo coruo iuratus et interrogatus dixit quod scit quod in ipsa villa de Turre de Menendo coruo stat una Ecclesia et est sufraganya de Ecclesia de sancta Cruce. et scit quod ipsa Ecclesia de Turre de Menendo coruo tenent hereditatem forariam de ipsa uilla quam sibi mandauerunt homines de ipsa uilla pro suis animis in tenpore Regis donnj Sancii fratris istius et de suis antecessoribus et non facit inde forum. sed faciunt inde forum illi qui remanerunt in erancia de illis qui mandauerunt hereditatem predicte Ecclesie.

Gonçaluus menendi de Turre de Menendo coruo iuratus et interrogatus dixit quod scit quod homines de sancta Cruce dederunt donno Poncio Alfonsi hereditates et domos in ipsa uilla de sancta Cruce quando populauerunt eam. et ipse donnus Poncius Alfonsy fecit ibi unum molinum. et modo filij ipsius donnj poncij alfonsi tenent ipsum molinum et ipsas domos et hereditates et non faciunt inde forum domino Regi.

Donnus Saluator de Turre de Menendo Coruo iuratus et interrogatus dixit quod scit quod dominus Rex prendidit magnum enganum de hominibus de sancta Cruce qui comparaut hereditatem forariam in termino de sancta Cruce et non faciunt inde forum domino Regi.

Gonsaluus menendi de Turre de Menendo coruo iuratus et interrogatus dixit quod scit quod homines de ipsa villa de Turre de Menendo coruo mandauerunt de hereditate foraria de ipsa uilla de Turre de Mẽe coruo in diebus istius Regis et non facit inde forum domino Regi.

. . . . . .

Incipit Porrochia sancti Petri de sancta Columba de valarissa frater pelagius pelagij Magister de ipsa Ecclesia iuratus et interrogatus si dominus Rex habet uel habuit in ipsa Ecclesia aut in ipsa uilla aliquod ius dixit quod nesciebat. interrogatus cujus est. dixit quod villa et Ecclesia sunt de Monasterio de Burio. interrogatus unde habuit eas dixit quod de donno Petro fernandj Braganciano et de donna fruyle sancij qui mandauerunt ipsas Ecclesiam et villam predicto Monasterio pro suis animis in tenpore Regis donnj Alfonsi patris istius.

Martinus didaej de sancta Colunba iuratus et interrogatus dixit sicut frater Pelagius pelagij magister. et dixit magis quod scit quod villa de Maceeda de mato fuit domini Regis. et audiuit dicere hominibus qui sciebant quod Rex donnus Sancius senex dedit eam predicto Monasterio.

Petrus michaelis de sancta Columba iuratus et interrogatus dixit quod scit quod locus qui uocatur prados de Ripa quod fuit domini Regis. et filiauit inde medietatem Nunus martinj de chasim et non facit inde forum et aliam medietatem tenent homines de sancta Cruce qui non debebant eam tenere quia ipse locus erat prestimonium de Turre de ferreyra et non faciunt inde forum domino Regi et scit quod vilarerelos fuit regalenga domini Regis et modo tenet eam Nunus martinj de chasim et non facit inde forum domino Regi. interrogatus unde habuit eam Nunus martinj dixit quod ipse Nunus martinj dixit quod Concilium de sancta Cruce dedit sibi ipsam villam.

. . . . . .

Michael martinj de sancta Columba iuratus et interrogatus dixit quod audiuit dicere hominibus qui sciebant quod prados de Riparia et vilarelos fuerunt regalenge domini Regis et erant prestimonia de Turre de ferreira et villarelos habuit semper terminum per se et modo Nunus martinj de chasim tenet villarelos et medietatem de prados de Riparia et nichil inde habet dominus Rex et dixit quod scit quod Maceeda de mato fuit Regalenga domini Regis et solebant inde dare decimam Ecclesie sancti martinj que est regalenga domini Regis et modo tenet eam Monasterium de Burio et nichil inde habet dominus Rex.

Michael martinj de sancta Colunba iuratus et interrogatus dixit quod audiuit dicere hominibus qui sciebant et suo Patri quod maceeda de mato fuit domini Regis et quod Rex donnus Sancius senex dedit eam monasterio de Burio et modo ipsum Monasterium habet ipsam villam et nichil inde habet dominus Rex.

. . . . . .

Stephanus martinj de sancta Columba iuratus et interrogatus dixit quod audiuit dicere hominibus qui sciebant quod Maceeda de mato fuit domini Regis. et quod dominus Rex dedit eam Monasterium de Burio. interrogatus qualis dedit sibi eam dixit quod nesciebat. et audiuit dicere hominibus qui sciebant quod Caruelas et vallis de Asinis fuerunt domini Regis et modo tenet eas Nunus martinj de chasin et nichil inde habet dominus Rex. interrogatus unde habuit eas predictus Nunus martinj dixit quod nesciebat.

Incipit Porrochia sancti Jacobi de Lodonis que est termino

de sancta Cruce de Valarisa. Petrus filius prelatus eiusdem Ecclesie iuratus et interrogatus dixit quod ipsa uilla et ipsa Ecclesia sunt domini regis. et scit quod homines de ipsa villa abadant ipsam Ecclesiam quia dicunt quod sic habent de consuetudine. et dixit quod ipsa Ecclesia inpetrauit hereditatem forariam de ipsa villa quam ei mandauerunt homines de ipsa villa pro suis animis in tenpore Regis donnj Sancij fratris istius et de suis antecessoribus et non facit inde forum sed faciunt inde forum illi qui remanerunt in erancja de illis qui mandauerunt hereditatem predicte Ecclesie. et dixit quod scit quod villa de villarelos fuit domini Regis. Et scit quod Concilium de sancta Cruce dedit eam Nuno martinj de chasin in tenpore istius Regis. et non facit inde forum domino Regi. et scit quod homines de Lodones qui sunt domini Regis mandarunt Ospitali hereditatem forariam in ipsa villa in tenpore Regis donnj Sancij fratris istius et non facit inde forum. et dixit quod scit quod villa de sancta Colunba que est de Monasterio de Burio sedet in termino de Lodonis que est dominj Regis. interrogatus unde ipsum Monasterium habuit ipsam villam dixit quod nesciebat.

Petrus iohannis iudex de Lodonis iuratus et interrogatus dixit de Patronatu de villa et de hereditate quam inpetrauit ipsa Ecclesia sicut prelatus. et scit quod villa de virarelos fuit dominj Regis. et scit quod Concilium de sancta Cruce dedit eam Nuno martinj de chasin et non facit inde forum domino Regi. et scit quod prados de Ripa fuit domini Regis fuit regalengum et scit eum tenere prestamarium domini Regis et filiauit eum Nunus martinj de chhasin in tenpore Regis donnj Sancii fratris istius et non facit inde forum domino Regi. et scit Ospitale tenet hereditatem forariam in termino de sancta Cruce et non facit inde forum domino Regi. interrogatus in quo loco tenet ipsam hereditatem et unde habuit eam et ex quo tenpore dixit quod nesciebat.

. . . . . .

Pelagius lupi de Lodonis iuratus et interrogatus dixit sicut Petrus iohannis. et dixit magis quod Nunus martinj de chasin petiuit Concilio de sancta Cruce prado de Ripa. et ipsum Concilium dixit quod non darent sibi eum quod erant Regalengum domini Regis. et ipse Nunus martinj filiauit eam in istis duobus annis et non facit inde forum domino Regi.

Dominicus petri de Lodones iuratus et interrogatus dixit quod scit quod prado de Ripas fuit Regalenga domini Regis et filiauit eam Nunus martinj de chasin in istis duobus annis et non facit inde forum domino Regi.

Johannes gonçalui de Lodones iuratus et interrogatus dixit quod scit quod ipsa villa et Ecclesia sunt domini Regis et scit quod homines de ipsa villa de Lodonis abadant ipsam Ecclesiam com concilio de sancta Cruce. interrogatus qua ratione abadant dixit quod sic habent de consuetudine. et dixit quod scit quod ipsa Ecclesia de Lodonis inpetrauit hereditatem forariam in ipsa villa in tenpore Regis donnj Sancii fratris istius. et non facit inde forum. sed faciunt inde forum illi qui remanerunt in erancia de illis qui mandauerunt hereditatem predicte Ecclesie. et scit quod villarelos fuit regalenga domini Regis. et scit quando Concilium de sancta Cruce dedit inde medietatem Nuno martinj de chasin in tenpore istius Regis. et modo tenet eam ipse Nunus martinj de chasin et non facit inde forum domino Regi. et scit quod prado de Ripas fuit Regalengum domini Regis. et scit quod erat prestamo de Turre de Junqueira que est domini Regis. et filiauit Nunus martinj de chasin ipsum prado de ripis in diebus istius Regis. et non facit inde forum domino Regi. et scit quod in ipso prado de ripis habetur ibi bene x. casalia.

Stephanus muniz de Lodonis iuratus et interrogatus dixit quod audiuit dicere hominibus qui sciebant quod villa de sancto Stephano que iaeet super Lodones fuit Regalenga domini Regis et quod homines qui habitant in ipsa villa tornauerunt se homines de Ospitali in tenpore Regis donnj Sancii fratris istius et modo ipsa villa est herma. et tenet eam Ospitale et nichil inde habet dominus Rex. et dixit quod audiuit dicere hominibus qui sciebant quod totus locus qui uocatur Lacona fuit regalenga dominj Regis et uidit eam laborare pro ad dominum Regem et modo est de illa domini Regis. et aliam totam tenet Monasterium de Burio et nichil inde habet dominus Rex. interrogatus unde habuit eam ipsum Monasterium et ex quo tenpore dixit quod nesciebat et scit quod Ospitale filiauit quairelas de caras et scit quod ipse quairele fuerunt domini Regis. interrogatus qua ratione filiauit eas dixit quod fratres Ospitalis inuenerunt pro unum hominem ueterum quod fuerunt Ospitalis. interrogatus in quo tenpore filiarunt eas dixit quod in tenpore Regis donnj Sancii fratris istius et modo nichil inde habet dominus Rex et scit quod prado de Ripas fuit regalengum et filiauit eum Nunus martinj de chasim in tenpore istius Regis et non facit inde forum.

Incipit Porrochia sancti Jacobi de Junqueira que est in termino de sancta Cruce.

Martinus pelagij prelatus eiusdem Ecclesie iuratus et inter-

rogatus de iure patronatus dixit quod scit quod villa et Ecclesia sunt dominj Regis et quod homines qui ibi morantur populauerunt eam in termino de sancta Cruce. et scit quod homines de ipsa villa abadant ipsam Ecclesiam quia dicit quod ipsi homines dicunt quod sic habent de consuetudine. et scit quod homines de ipsa villa mandauerunt ipse Ecclesie de ipsa hereditate foraria pro suis animis in tenpore istius Regis et de suis antesessoribus et non facit inde forum. sed faciunt inde forum illi qui remanerunt in erancia de illis qui mandauerunt illam hereditatem predicte Ecclesie.

Petrus fernandi de Junqueira iuratus et interrogatus dixit sicut prelatus et dixit magis quod scit quod Concilium de sancta Cruce dedit Nuno martinj de chasin per fortiam medietatem de villa de villarelos que erat regalenga domini Regis et non facit inde forum domino Regi et scit quod predictum Concilium dedit Martino tauaya hereditatem regalengam in Rio merdeyro in tenpore Regis donnj Sancij fratris istius et modo vxor et filij ipsius Martini tauaya tenent ipsam hereditatem et non faciunt inde forum domino Regi.

Michael petri de sancta Cruce iuratus et interrogatus dixit de villa et de Ecclesia et abadamento ipsius Ecclesie et de hereditate regalenga quam mandauerunt ipse Ecclesie sicut prelatus et dixit magis quod Concilium de sancta Cruce dedit Nuno martinj de chasin medietatem de villa de villarelos que erat Regalenga Regis in diebus istius Regis et non facit inde forum domino Regi et scit quod predictum Concilium dedit Martino tauaya hereditatem regalengam in Rio merdeyro in tenpore Regis donnj Sancij fratris istius et modo uxor ipsius Martinj tauaya et sui filij tenent ipsam hereditatem et non faciunt inde forum Regi. et scit quod sanctus Antonius et donna Onega tenent. ij. leiras regalengas in loco qui dicitur Boedo. interrogatus unde habuerunt eas dixit quod nesciebat interrogatus ex quo tenpore tenent eas dixit quod sanctus Antonius habet eam ex tenpore Regis donnj Sancij fratris istius et nescit ex quo tenpore tenet dona Onega eam. et modo non faciunt inde forum. et scit quod quidam homo de Junqueira intrauit in Ordine sancti Antonij et dedit ey de sua hereditate de Junqueira que erat foraria domini Regis. in tenpore Regis donnj Sancij fratris istius et modo non faciunt inde forum Regi. et scit quod Michael socius tenet unam leiram regalengam prope de Azuda ultra Riuulum de Saauor et non facit inde forum Regi. interrogatus unde habuit eam et ex quo tenpore dixit quod nesciebat. et scit quod filia de Martino sancij tenet unam leyram regalengam in loco qui

dicitur pidrisa et non facit inde forum domino Regi. interrogatus unde habuit eam et ex quo tenpore dixit quod nesciebat et scit quod Ordo tenpli inpetrauit in ipsa villa de Junqueira hereditates forarias domini Regis in ipsa in tenpore Regis donnj Sancij fratris istius et de suis antesessoribus et non facit inde forum domino Regi. et similiter scit quod Ordines Ospitalis et de Boyro inpetrauerunt in ipsa villa alias hereditates forarias domini Regis in tenpore Regis donnj Sancii fratris istius et de suis antecessoribus in ipsa villa domini Regis de Junqueira et non faciunt inde forum domino Regi. et scit quod Monasterium de Boyro tenet. iij. leiras regalengas in pigneyro et aliam peciam regalengam in sayo et non facit inde forum domino Regi. interrogatus unde ipsum Monasterium habuit ipsas leiras regalengas et ex quo tenpore dixit quod nesciebat.

Stephanus dominicj de Junqueira iuratus et interrogatus dixit quod audiuit dicere hominibus qui sciebant quod due partes de Lagoa fuerunt regalenga domini Regis. et scit ibi pausare Riquus homo. et modo tenet eas Monasterium de Buyro et nichil inde habet dominus Rex. interrogatus unde ipsum Monasterium habuit ipsas duas partes de Lagoa. et ex quo tenpore dixit quod nesciebat. et scit quod Concilium de sancta Cruce dedit Nuno martinj de chasim medietatem de vilarelos que erat domini Regis et modo tenet eam. et non facit inde forum domino Regi. et scit quod prado de Ripa erat Regalenga. et filiauit eam Nunus martinj de chasin in diebus istius Regis.

. . . . . .

(*Inquirições del Rei D. Affonso III*, liv. 2.º, fls. 101 a 104).

It. villa sancte crucis de Vilarisa cum suis terminis est domini Regis et est incartata. et faciunt tale forum domino Regi sicut continetur in sua carta. et morantur in ipsa villa. et in villis de suis terminis. In primo in villa de sancta cruce morantur. c. lx. vj. homines forarij. et in villa de Lamis morantur. xxx. viij. homines forarij. in villa de felgueiras morantur. xvj homines forarij. It. in villa de Junqueira morantur. vj. homines forarij. It. in villa de Lodones morantur xxiij homines forarij. In villa de Gudeiros morantur. xx vj. homines forarij. in villa de vilares morantur. v. homines forarij. It. in termino de sancta cruce habet dominus Rex regalengum et non est incartatum et iacet ad portum de valarissa de seixo. et est una foraria. et quando dant inde sextam et quandoque magis. It. habet dominus Rex aliam senariam in Argirido et dant

inde tale forum sicut dant de illa. de illa alia. que iacet ad portum de valarisa. It. habet dominus Rex aliam senariam in loco qui dicitur quinoes et dant inde sextam. It. habet dominus Rex ultra riuulum de Saauor prope foce de valarissa. aliam senariam et dant inde sextam. It. habet dominus Rex in Riuulo de Saauor unam pescariam et dant inde quartum. It. habet dominus Rex unam peciam de Regalengo in loco qui uocatur algas. et non est laboratum. et hoc de sancta cruce dixerunt. Joanes petri de porta et donnus suerius prelatus eiusdem Ecclesie. et Gonsaluus petri.

(*Doações del Rei D. Affonso III*, liv. 2.º, fls. 89).

Incipit Judicatum de Moos. ij. die decenbris. Dominicus iohannis prelatus sancte Marie de ipsa villa de Moos iuratus et interrogatus dixit quod scit quod ipsa villa et ipsa Ecclesia sunt domini Regis et scit quod villa est incartata. et scit quod homines de ipsa villa abadant ipsam Ecclesiam quia dicunt quod sic habent de consuetudine. et scit quod homines de ipsa uilla mandauerunt hereditatem regalengam de ipsa uilla ipse Ecclesie in tenpore Regis donnj Sancii fratris istius et de suis antesessoribus et non facit inde forum domino Regi. sed faciunt inde forum illi qui remanerunt in erancia de illis qui mandauerunt hereditatem predicte Ecclesie.

Dominicus petri Judex de ipsa uilla de Moos iuratus et interrogatus dixit sicut prelatus et dixit magis quod Concilium de ipsa villa leuant tertiam de decimis de ipsa Ecclesia pro ad faciendum castellum de ipsa uilla de Moos.

.....

(*Inquirições del Rei D. Affonso III*, liv. 2.º, fls. 104).

It. villa de moos cum suis terminis est domini Regis et est incartata et morantur ibi xxx vij homines forarij. et dat quis illorum annuatim domino Regj. j. octauam de ceuada. et. ij. panes triticos. et j. denarium de quale moneta currerit in ipsa villa. et hoc dixerunt Dominicus petri quodam Judex de ipsa villa. et dominicus petri et donnus fernandus qui sunt modo Judices de ipsa villa.

(*Doações del Rei D. Affonso III*, liv. 2.º, fls. 89 v.).

Inquirições de D. Affonso II

De Sancto Stephano de Avreiro (noutra variante esta Abreiro). Dominicus Fernandis abbas, Vincencius Johannis,

Menendus Pelagii, Petrus Pelagii etc.... jurati dixerunt quod albergaria de Lamas de Orelian filiavit magnam hereditatem regalengam de termino de ista villa et non faciunt inde forum Regi sicut dividit sua carta terminum, et dicunt quod Rex dominus Sancius dedit ei illam; tamen non habent inde cartam.

Dominicus Fernandiz abbas, Vincencius Johannis etc.... jurati dixerunt quod ista villa (Santo Stephano de Avreiro) dant Regi pro foro singulas taligas de pane, et singulos denarios pro ad taleigas, et singulos panes triticos et singulos centeos semel in anno. Et quando venerit Dominus terre debent illi dare pro colleita j. porco de uno morabitino, et cabritos aut gallinas quales habuerint, et panem et vinum et cevada quantum opus habuerit in una hora. Et Judex debet illi dare adubo de coquina. Et pectent vocem et calumpniam secundum suam cartam. Et quando venerit ibi Dominus terre debet illi dare pausam suus Meirinus. Petrus Gomes dedit ibi terciam de quanta hereditate habebat Hospitali; et faciebat inde tale forum sicut isti sui vicini, et modo perdit inde dominus Rex totum suum forum. Et ista villa habet tale forum per suam cartam quod omnes qui ibi populaverint debent facere forum sicut sui vicini. Et Albergaria de Lamas de Oreliam filiavit inde multam hereditatem, sicut jacet in finto de Regalengo.

Dominicus Fernandiz abbas, Vincente Johannis etc.... jurati dixerunt quod Rex non est patronus (de Sancto Stephano de Avreiro).

Dominicus Fernandez abbas, Vincencius Johannis etc.... jurati dixerunt quod ista ecclesia (de Sancto Stephano de Avreiro) habet senarias et testamentos (1).

(Continúa).

FRANCISCO MANUEL ALVES,
Reitor de Baçal.

(1) *Portugalia Monumenta Historica, Inquisitiones*, vol. I, pagg. 41, 122, 190 e 238. (Embora já publicadas, julgamos conveniente, como elucidação historica, juntar esta parte das *Inquirições* de D. Affonso II).

ORIGEM E FORMAÇÃO DA LINGUA CONCANI

Os illustres philologos, tanto europeus como asiaticos, que se entregaram aos estudos da lingua concani, não chegaram a prestar, infelizmente, a sua precisa attenção á *historia da sua origem e formação,* talvez, á míngua de precisas noções sobre este importantissimo assumpto. Uns — como Sir Erskine Perry, Mackenzie, Ellis e Lassen — affirmam que a mesma lingua é uma fórma corrompida da lingua maratha; outros — como o dr. Wilson e o Pe. Mafféi — asseveram que aquella é inteiramente diversa desta, sendo apenas sua *irmã gémea.* Mas os sabios orientalistas Meir, Bopp, Gumbert, Max-Muller e outros, são de parecêr que há linguas dalgumas nações, que logram entre si bastas relações de *affinidade.*

Os hindús de classes superiores pertencem á *raça aryana,* como os gregos, os romanos, os celtas, os persas, etc.; e, por esse motivo, nota-se uma pronunciada semelhança entre alguns vocabulos das suas respectivas linguas. Com quanto haja uma ligeira divergencia nas fórmas das palavras, a sua identificação póde facilmente conhecer-se do seguinte *quadro:*

Sanscrito	Grego	Latim	Persa	Portuguez
Pitar	patēr	pater	padar	pae
Mátar	mētēr	mater	mádár	mãe
Pôti	posis	potis	–	marido
Pada	pous, poda	pes, pedis	pá	pé
Deva	theos	Deus	–	Deus
Nactam	nukta	nox, noctis	–	noute
Stára	aster	astrum, stella	–	estrella
Dui	duo	duo	do	dous
Saptam	hepta	septem	haft	septe
Bhratar	phratria	frater	bráthar	irmão
Vira	hērōs	vir	–	heroe
Nunam	nun	nunc	–	agora
Dadami	didōmi	do, das	dádan	dar

A lingua *sanscrita,* consoante os mais cotados linguistas, é a mais antiga do mundo. Sir William Jones achou-a mais perfeita do que a grega, e mais copiosa do que a latina (1). A sua primitiva fórma encontra-se nos *Vedas,* compilados por Vyassa que, dizem, florescêra 1400 annos antes da éra vulgar; e, de há 900 annos a esta parte, continuou a ser usada como *lingua vernacula* pelos hindús que foram emigrantes da Asia central. Mais tarde deixou de ser a sua lingua *falada* para empregar-se sòmente em obras de litteratura e de religião; pois começaram a falar um dialecto denominado *pracrit.*

Sanscrit e *pracrit* — são palavras de significação opposta, isto é, que a primeira logra os fóros de uma *lingua perfeita,* equivalendo ao nosso latim; ao passo que a segunda é tida por uma fórma della, *provinciana* ou *corrompida.*

Opina Hemachundra que o *pracrit* deriva do sanscrito; que este andava na voga entre reis, magnates, sacerdotes e outras personagens de alto cothurno, sendo aquelle usado por mulheres e criados, em colloquios theatraes (2).

Vararuchi menciona, como procedentes de sanscrito, quatro dialectos (3), a saber:

a) O *maharastri,* falado em Maharastra *(Malaghat).*
b) O *magadhi,* » em Magadha *(Bahar).*
c) O *sauraseni,* » em Mathura *(Madura).*
d) O *paixàchi,* » pelas tribus montanhezes.

Afóra estes, um outro dialecto, chamado *saràsvoti* ou *balbhàxá,* estava em curso na India septentrional.

Refere Elphinstone que nessa região falavam-se os seguintes dialectos: — o *bengàli,* o *punjábi,* o *canougi,* o *maithile* e o *guzerathe* (4).

*
* *

Segundo os «Puránas», o concani foi introduzido, a prin-

(1) *The work's,* vol. I. Cf. Stevenson, *Obr.,* ed. 1851-1852. Vid. *Asiatic Researches.*

(2) Cf. Colebrooke, *Dissert. sobre a ling. pracrit.* — Mackintosh, *Disc. sobre as ling. da India,* publ. nas rel. da «Socied. Litt. de Bombaim», pag. 277, Kennedy, *Trat. da Orig. e Affinid. das Ling. da Asia e Europa.*

(3) *Gram. da ling. pracrit.*

(4) *The Hist. of India.*

cípio, na India occidental, pelos brahmanes *sarasvatás,* de Tirhut, conhecida antigamente pela denominação de = Maithila =, e situada na provincia de Bahar.

Resa o *Sahyadri-Khonda* do «Scanda Purána» que o insigne heroe Paraxuráma (a 6.ª encarnação de Vichnú), para se vingar do assassinio de seus paes, perpetrado pelos *cxatriás* (guerreiros), anniquilou a sua raça a fio d'espada, combatendo com elles obra de vinte e uma vezes; e, ao depois, querendo expiar esta sua criminosa acção, celebrou um grande sacrificio com assistencia dos *brahmanes* (sacerdotes), a quem cedeu, em gratidão, toda a India, de cuja posse se achava. Não lhe convindo, porém, continuar a habitá-la, usurpou ao mar uma faixa de terra, a que deu o nome de *Concão.* A seguir, desejando colonisar esse territorio, trouxe algumas familias dos *sarasvatás,* de Trihotrapura *(Tirhut),* e as estabeleceu nas provincias de Saxty *(Salsête)* e Gomantaca *(Ilhas de Tissuary* ou *de Gôa).*

Impossivel é saber-se ao certo que dialecto essa gente falava. Assegura o citado Vararuchi que devia ser o *maghdhi,* e o «Sahyadri-Konda» sustenta que foi o *maithile.*

Volvidos uns poucos annos — diz o *Manguexà-Mahatmyà* do sobredicto «Scanda Purana» — vieram para Salsête algumas familias dos brahmanes *cancubjás,* e estabelecêram-se em Cuxastaly *(Cortalim)* e Cardaly *(Quelossim).* Falavam o *canougi.*

Tanto os brahmanes *sarasvatás* como os *cancubjás* pertencem á subdivisão de classe intitulada *Panchu-Gaudas,* e da sua longa permanencia e familiaridade saiu essa lingua que se chama — *concani,* quer dizer, procedente do Concão.

Presentemente os sarasvatás são, na sua maior parte, *vasxnovàs* (sectarios de Vichnú), e os cancubjás, na mesma proporção, *smartàs* ou *xaivàs* (sectarios de Xivà).

Mas conserva-se entre uns e outros uma sensivel differença assim nos seus costumes como nalguns vocabulos da sua linguagem domestica. Para exemplo:

Sarasvatás	Cancubjás	Traducção
Nenóm	nòcòlom	não sei
Jeuncháca	jeũnca	para jantar
Dér	dár	porta
Arê	aguê	O
Vaingonám	vãiguim	beringela

*
* *

Consoante a auctorisada tradição dos «Puràmas», sendo Gôa totalmente deshabitada antes da sua colonisação pelos brahmanes, não podia ter lingua nenhuma. Com o rodar de annos entraram naquella terra diversas classes hindús, que não brahmanes, e affeitas a varios mesteres. Muitas palavras dos respectivos dialectos, que falavam, enxertaram-se na lingua concani.

Umas poucas vão aqui de *amostra:*

Concani	Traducção	Concani	Traducção
Mouvà	mel	Chêdum	rapariga
Jhéma	somno	Múi	formiga
Húma	suór	Sancôva	ponte
Dubáva	dúvida	Buniáda	alicerce
Bodí	páu	Gôbôr	cinza
Vóta	sol	Humóna	caril
Chèdó	rapaz	Dhúmti	tabaco

Os brahmanes, dotados aliás de robusta intelligencia, não se importaram em aperfeiçoar a sua lingua, por fórma que não deixaram escripto, sequer, o mais trivial livro! O alludido *Sahyadri-Khonda* dá-os como bem versados nos «Vedas» e «Vedangas», cultivando o sanscrito; pelo quê presume-se que elles menospresaram o concani.

O unico brahmane de Gôa, que verteu para o concani o «Amaracoxa» (1), foi Mahesvara Bhatta, mas essa traducção não mereceu as honras de vir a lume da publicidade!

*
* *

Já notamos a grande affinidade do concani com o sanscrito, a qual é, aliás, universalmente reconhecida. Resta agora

(1) *Dicc. da Ling. sanscr.*, por Amarasinha.

*

mostrar que aquella lingua usurpou bastantes vocabulos desta ultima, ainda com laivos de visivel corrupção:

Concani	Sanscrito	Traducção
Dhunvôr	dhumrà	fumo
Chondríma	chandrámà	lua
Sacóra	xarcárà	assucar
Mudí	mudrà	annel
Tona	trina	palha
Razú	rajjú	corda
Sopâna	sopána	degráu
Udóca	udáca	agua
Soró	surà	bebida espirituosa
Nida	nidrà	somno
Rina	rina	dívida
Ônna	ânna	arrôz cozido
Canttá	cantà	margem
Dortori	dharitri	terra
Bhuim	bhumí	chão
Panjrém	panjárà	gaiola
Pútâ	pútrà	filho

A escassez do espaço e a brevidade deste trabalho não permittem mais larga exemplificação.

*
* *

Houve muitas dominações em Gôa (1). A dynastia dos Cadambas cessou no anno de 449 na nossa éra, porque, então, os Chalúquias tomaram o mesmo territorio, ficando aquelles por seus tributarios.

Porém Jaiaquexi I, filho de Xastadeva Cadamba, fez pazes com os Chalúquias e reganhou a sua independencia perdida. Este principe fixou a sua capital em Gopakapattava *(Gôa Velha)*.

Em 899, os Rattas — reis de Sugondovoti que professavam a religião *jaina* — empolgavam o feudo dos Chalúquias, exigindo dos Cadambas os tributos que até ahi lhes vieram de

(1) Cf. *A Hist. Antig. de Gôa* (em maratha), por E. N. Danait, ed. de Bombaim, 1874.

satisfazer; mas em 974, Gôa foi reconquistada por Teilapa, o mais poderôso rei dos Chalúquias.

Os Ballals, reis de Dvarasamudra, declararam revolta no Concão pelo anno de 1128, e marcharam contra o sobredicto territorio; porém Vicrama, sogro de Jaiaquexi II, enviou seu ministro com numeroso exército, que expelliu os inimigos. Pois estes não descansaram, e, em 1193, invadiram a sua almejada e favorita terra. Feriu-se uma sangrenta campanha entre os Ballals e os Cadambas, ficando estes derrotados.

Vidyarania Madhova, commentador dos «Vedas» e ministro da côrte de Vijeanagar *(Bisnagar)*, entrou em Gôa ao volvêr do anno de 1313, e sacodiu os turcos que faziam por ahi grandes devastações: de onde veiu a mistura dalgumas palavras do *canarese*, que passaram para o concani.

Apresentâmos aqui umas poucas para a *prova:*

Canarese	Traducção	Canarese	Traducção
Bidí	caminho	Sansavám	mostarda
Angôde	mercado	Tantém	ôvo
Tãvorem	estanho	Hoddém	peito
Bhãgár	ouro	Duddú	dinheiro
Mundassó	trunfa		

Durante o governo dos reis de Bisnagar, o concani se foi abastardando e decahiu do seu primitivo estado.

*
* *

Quando a dominação dos mouros se estendeu pelo Deccan, Feros-Xá, rei da dynastia Bahamoni, invadiu Gôa com numeroso exército. Em 1469, Malek Tijur Mohamed, ministro da mesma dynastia, conquistou esse territorio; porém, no decurso do anno de 1489, sem consentimento daquelle, o official Behadur Jelany empossou Gôa.

A diversidade da crença e dos costumes, que professavam os mussulmanos, ainda mais contribuiu para corromper o concani que andou amalgamado com vocabulos das linguas persa e arabe, como se vae vêr:

Dôrgy (alfaiate), *Hâjám* (barbeiro), *Fatôr* (pedra), *Saibâ*

(senhor), *Piávà* (cebola), *Dôriá* (mar), *Huxár* (experto), *Nossib* (fortuna), *Hucúmâ* (ordem), *Xár* (cidade), *Bõurò* (pião), *Zagà* (logar), *Muxárò* (salario), *Sarcár* (governo), *Borní* (buião).

Tambem a influencia da dominação portugueza se deixou transparecer poderosamente na lingua concani; pois a principiar da reconquista das terras de Idal-Kan pelo bravo e sublime Albuquerque, alojaram-se nella grande numero de palavras da formosa lingua de Camões e Vieira, segundo se póde ajuizar deste breve *quadro:*

Concani	Portuguez	Concani	Portuguez
Alfiado	alfaiate	Mãy	mãe
Bolcão	balcão	Padrí	padre
Cartel	quartel	Paláxe	palacio
Conquêro	cavouqueiro	Pén'	penna
Cóp'	copo	Pidrêl	pedreiro
Chicr'	chicara	Relóje	relogio
Cusina	cozinha	Retrat'	retrato
Devid'	dívida	Sacrament'	sacramento
Funel	funil	Surjão	cirurgião
Goradi	grade	Tintêr'	tinteiro
Image	imagem	Tuvaló	tualha
Juviz	juiz	Urnol	urinol
Méz'	mêsa	Zânel	janella

Nota-se apenas uma ligeira modificação na sua phonetica, que parece accomodada ás fórmas algum tanto syncopadas, caracteristicas da *vernaculisação.*

*
* *

A introducção do concani é coéva da colonisação brahmanica em Gôa, e a sua data perde-se na noite dos tempos. Não se tem podido saber qual teria sido a fórma da sua linguagem então falada. Alguns orientalistas queimaram as pestanas em aturadas investigações a tal respeito, porém o não conseguiram tirar a limpo. Todavia, um detido exame do seu vastissimo vocabulario revela que este é moldado sobre as fórmas *sanscrita* e *pracrita.*

Ora o dialecto tambem soffre as suas variantes, consoante as classes sociaes *(castas),* que habitam cidades, villas e aldeias. Ha, nuns pontos, resaibos de *barbarismo,* e, noutros, de

provincianismo, que, de certo, não escapam ás linguas vivas. Por exemplo:

a) Udóca, udáca, udica (agua).
b) Mássoli, masli, mahôli (peixe).
c) Mugueló, mugeló, magueló (meu).
d) Macà, mecà, mhacà (a mim).
e) N'ham, n'hõe, n'hum (não).

Ás vezes uma cousa é representada por termos diversos, peculiares a cada casta, a saber:

CARIL..... *Humònâ* (brahmane).
Ámbâ (charodó)
Nistém (sudra).
Côddi (curumbim).

Não se sabe qual destas fórmas deva ser considerada correcta, pois não havendo orthographia assente, nem prosodia estabelecida, o povo foi falando *ad libitum.*

*
* *

Na parte occidental da India, desde o golfo de Cambaya até Mangalore, estam em uzo, no meio das suas variadas *castas,* as linguas *maratha, guzerate, hindustani* e *canarese.* Á excepção desta ultima, as restantes três parecem lograr relações de *affinidade* entre si, e, algumas, com o concani.

Vejamos desta ligeira *amostra:*

Concani	Maratha	Guzerate	Hindustani	Canarese	Traducção
Hánvâ	mi	hum	ham	nanu	eu
Udácâ	páni	paní	pâní	niru	agua
Khaím	kôttém	kyam	kidar	illi	alguma coisa
Bhitâr	ãntã	andar	andar	volage	dentro

Diz-se geralmente que a lingua maratha é *irmã-gémea* da lingua concani; todavia nesta se encontram algumas palavras que não têm relação com aquella, mas sim com o sanscrito, como é facil de verificar-se do seguinte:

Concani	Sanscrito	Maratha	Traducção
Kirà	kira	pôpatà	papagaio
Mudí	múdra	angatí	annel
Razú	rajjú	dôrí	corda
Udáca	udaca	páni	agua
Sarína	sarini	zhadu	vassoura
Sòró	surà	darú	espirito de bebêr
Nídâ	nidra	zhómpâ	somno

Daqui póde ajuizar-se que o concani procede do *sanscrit* ou, antes, do dialecto *pracrit*.

E é fóra de dúvida também, que o concani é superior ao maratha em respeito á sua derivação, mas a sua litteratura está depauperada, mercê da incuria com que a tractaram os brahmanes. A sua cultura foi confiada a homens pouco civilisados, que a conspurcaram, compondo trovas e canções a systema *dravidiano*.

Essas coplas eram cantadas por occasião de festas religiosas e nupciaes.

*
* *

A lingua nativa falada em toda a Gôa é concani; é ella que predomina no lar, nos logares publicos e nas correspondencias epistolares, entre as populações hindús e christãs, não versadas em português.

A fórma do concani, usada pelos brahmanes de Salsête é puramente *pracrita*, como se mostra desta *tabella*:

Concani	Pracrita	Sanscrito	Traducção
Káno	kánò	karnâ	orelha
Háto	háttho	hastâ	mão
Cumbàro	cumbhárò	cumbhacara	olleiro
Khámbò	kambò	stambha	pilar
Ingalò	imgálò	amgara	carvão
Kámo	kammò	carma	occupação
Packó	pakkhó	pankha	aza

A fórma falada em Bardez é *marathizada*, o que é devido á communicação que este concêlho mantém com gente do territorio britannico. Esta mesma fórma é observada nos concelhos das Novas-Conquistas, especialmente em Bicholim, Pernêm e Satary, provincias que permaneceram longo tempo sob a dominação dos marathas.

*
* *

O concani deve ser escripto com caracteres *devanagari*; este alphabeto, também chamado *balbôdha*, é o que os hindús adoptaram para a graphia da lingua maratha.

De ha uns 20 annos para cá, os goanos, estabelecidos em Bombaim, se têm dedicado ao cultivo de sua lingua materna —cujos rudimentos beberam em infancia—, já em livros, já em jornaes, que vão grangeando larga circulação. Louvavel empenho! Porém a linguagem é expressada por caracteres *romanos*, servindo-se duma orthographia a seu geito. O alphabeto romano é defectivo e insufficiente, visto que não tem todos os sons do alphabeto sanscrito.

Ha, pois, um meio de satisfazer a esse fim, que é a *romanisação*, seguida universalmente. Este systema é menos complicado.

O alphabeto concani *romanisado* poderá servir de guia ás pessoas que pretendam praticar na sua escripta. Aqui o indicâmos.

VOGAES:

A, ā, i, ī, u, ū, ri, rí, li, lí, ê, aí, ô, aú, am', ah'.

CONSOANTES:

Câ, khá, gâ, ghá, n'; châ, tchá, zâ, jhá, nã; lā, lhá, d', dh', nō; tâ, thá, dâ, dhá, nā; p', ph', bâ, bhâ, mâ, yâ, râ, lê, vâ, xâ, xhâ, sâ, hâ, lâ, cxâ, dnyâ.

Cá fica delineado este esbôço.

Mais d'espaço voltaremos ao assumpto para tractar delle com o preciso desenvolvimento; porquanto merece ser propagado o conhecimento de uma lingua vulgar (vernacula)

nas colonias portuguêsas da India, a fim de que os funccionarios europeus se entendam *directamente* com os indigenas, ouvindo as suas queixas, apreciando as suas pendencias e provendo ás suas necessidades, que a communicação com elles por meio de *intérpretes* é sempre insufficiente, e algumas vezes, nociva a muitos respeitos como a experiencia há demonstrado.

Neste intuito, e para uma bôa administração da Justiça, cumpre evitar-se o isolamento dos jurisdiccionados, e facilitar-se a sua correspondencia com as auctoridades *reinícolas*, a exemplo do que se observa, e com bons resultados, na India Inglêsa.

Vulgarise-se, pois, o conhecimento da lingua vernacula nos centros da metropole!

SOARES REBELLO.

O ROMANTISMO INGLÊS

(Cont. do n.º 10, pag. 626)

Para fazermos idêa da philosophia expressa pelo instrumento poetico preferido dos classicos, ouçamos a *Aufklärung* inglêsa, a musa de Pope, cavalgando o Pegaso de emballadeiras:

Look round our world; behold the chain of love
Combining all below and all above.
See plastic nature working to this end,
The single atoms each to other tend,
Attract, attracted to, the next in place
Formed and impell'd its neighbour to embrace.
See matter next, with various life endu'd,
Press to one centre still, the gen'ral good.
See dying vegetables life sustain,
See life dissolving vegetable again:.
All forms that perish other forms supply,
(By turns we catch the vital breath, and die)
Like bubbles on the sea of matter born,
They rise, they break, and to that sea return.
.....
Has God, thou fool! work'd solely for thy good,
Thy joy, thy pastime, thy attire, thy food?
.....
Know, nature's children all divide her care,
The fur that warms a monarch, warm'd a bear.
While man exclaims, «See all things for my use!»
«See man for mine!» replies a pamper'd goose:
And just as short of reason he must fall,
Who thinks all made for one, not one for all (1).

Ha aqui o sorriso ancho e superior de quem corrige uma illusão indifferente ao sentimento, lisongeado por ver claro e ao mesmo tempo contente por triumphar com tão pequeno esforço e sem fadiga cerebral. Não se exprimiria com mais calma quem explicasse a uma creança da portinhola dum

(1) Pope, *Essay on Man*, 1733.

comboio em marcha que a dansa rodopiante dos pinheiros é uma illusão causada pelo nosso proprio movimento. A satisfação pedantesca da sciencia recente não permitte sentir as possibilidades de amargura contidas naquellas verdades triviaes. E contudo aquella traducção risonha da illusão anthropocentrica em teleologia de ganso é apenas a expressão futilmente pittoresca da indifferença universal pelo destino humano, que arrancava a Leopardi torrentes de fel; e aquellas bolhas que se formam no oceano da materia e rebentam, encorporando-se de novo nelle, são precisamente o que inspirou a João de Deus a divina desolação do final da elegia *A Vida:*

E a onda que um momento se equilibra
Em quanto diz ás mais: Deixae que eu passe!
E passou e... morreu!

Tenho empregado por diversas vezes as palavras *classicismo* e *classicos* para designar o periodo litterario que começa ahi pelos meados do seculo XVII e prolonga-se, embora decadente, muito para além do meado do seculo seguinte, e os escriptores que formam as tres gerações designadas geralmente na historia da litteratura inglêsa por epoca de Dryden, epoca de Pope e epoca de Johnson. Mas é preciso que nos entendamos sobre a exacta significação daquelles termos. Se por *classicismo* se entender reflexo das litteraturas antigas, uma objecção occorre logo: Que relação teem os *Essays* de Pope e as satyras de Johnson com *Lycidas* de Milton por um lado e por outro com certos poemas de Keats e Shelley, como *Endymion* e *Prometheus Unbound?* Se transportamos a interrogação para as litteraturas francêsa e portuguêsa, o que pode ser util aos leitores a quem estas sejam mais familiares do que a inglêsa, teremos: Qual é o parentesco entre *Le Lutrin* ou *Le passase du Rhin* de Boileau com a poesia de Ronsard, sabendo a mel do Hymetto e passagens de Musset como o começo de *Rolla* e uma em *Les Vœux Stériles,* ou os *Poèmes Antiques* de Leconte de Lisle? Que relação teem as *Recreações Botanicas* da Marquêsa de Alorna, com uma egloga de Camões ou de Diogo Bernardes ou com o *Annel de Polycrates,* de Eugenio de Castro?

A palavra *Classicismo* é ainda mais elastica e anda ainda mais carregada de significados contradictorios do que *Romantismo.* Pode discutir-se interminavelmente sobre ella sustentando opiniões diametralmente oppostas com egual razão, como aquelles dois lendarios cavalleiros que se batiam por uma teima

sobre a côr dum escudo que cada qual via apenas por um lado e que era preto pelo direito e branco pelo avesso. O classicismo de que aqui se falla não é caracterisado nem pela admiração profunda do typo de belleza expresso nas litteraturas classicas, nem pelo espirito de imitação na vida real dos heroes antigos. Isso dava-se com os humanistas da Renascença, esse extraordinario periodo em que se matava e morria por quixotismo classico, como aquelle Jeronymo Olgiati, que apunhalou Galeazzo Sforza quasi exclusivamente por imitação do tyrannicidio antigo, e exclamava quando o carrasco lhe partia os ossos a malho de ferro: *Collige te, Hieronyme; stabit vetus memoria facti. Mors acerba, fama perpetua* (1). No seculo XVIII talvez fizesse sorrir uma tragedia em que se dissesse, em guisa de consolação, á victima innocente que vae ser sacrificada a uma inabalavel necessidade politica:

Não ouviste
Já das Romãs e Gregas com que esforço
Morreram muitas só por gloria sua?
Morre pois Castro...

como na *Castro* de Antonio Ferreira. Agora não se buscava a gloria pela grandeza da personalidade, mas a approvação pela deferente obediencia á regra.

Na Renascença nem mesmo a belleza humana se afferia por um padrão de elegancia e bom gosto, registado pela sociedade aristocratica. No fim do seculo XIV em Florença (na Italia a Renascença foi temporã) já toda a moda no vestuario tinha desapparecido, dando logar á livre phantasia individual na invenção de trajes ou na adopção dos estrangeiros (2). A exaltação individualista não permittia que a figura humana se subordinasse a um figurino banal; apresentava-lhe typos superiores de belleza a realizar, que podiam até consistir nas ruinas da propria belleza. Assim Ronsard queixava-se, com sensivel desvanecimento, ás Musas:

Pour avoir trop aimé votre bande inégale,
Muses qui défiez, ce dites-vous le temps,
J'ai les yeux tous battus, la face toute pâle,
Le chef grison et chauve, et je n'ai que trente ans.

---

(1) Burckhardt, *A Civilisação Italiana da Renascença,* vol. I (trad. italiana, pag. 66 e 67).
(2) *Id., ibid.,* pag. 155, nota 1.

E as Musas replicavam-lhe:

> Au nocher qui sans cesse erre sur la marine
> Le teint noir appartient; le soldat n'est point beau
> Sans être tout poudreux; qui courbe la poitrine
> Sur nos livres, est laid, s'il n'a pâle la peau.

Aqui a belleza era a physionomia expressiva da ambição de sciencia universal que caracterisava a epoca. É precisamente o caso de Musset aos dezanove annos, invejando a pallidez e a attitude alquebrada de «*Anje du ciel tombé*», de Ulric Guttinguer, signaes duma dessas existencias devastadas pelas paixões tumultuosas, que tinham para os romanticos prestigio egual aos estragos do estudo heroico para os homens da Renascença. No periodo chamado classico, pelo contrario, com tal afinco se procurava apagar a individualidade, que até as differenças provenientes da edade eram quanto possivel niveladas por meio de artificios, como o uso do carmim nas caras inteiramente escanhoadas e as perucas empoadas.

Não é tambem, repito, o culto da belleza classica ou antiga que caracterisa esta epoca. Não ha duvida que as litteraturas classicas, sobretudo a latina, eram estudadas e imitadas: as satyras de Johnson por exemplo são adaptações de satyras de Juvenal. Mas o conjuncto de convenções de que tenho fallado impunha-se e obrigava como que a um *travesti* as adaptações e traducções das litteraturas antigas. Quem quizer ter disso uma idêa precisa compare com qualquer traducção litteral de Homero a traducção de Pope em disticos heroicos, na qual o texto é forçado a taes ademanes de elegancia *Augustan,* que nos faz lembrar um domador amestrando um leão em prendas de circo. É egualmente instructiva, embora ahi se não trate de nenhum texto classico, certa carta de Lady Mary Wortley Montagu, que se bem me lembro não sou já o primeiro a citar, enviando a Pope, de Constantinopla, como curiosidade exotica um epithalamio turco. Apresenta primeiro uma traducção litteral em prosa, que depois affeiçôa segundo os modelos da *polite literature.* Ahi é que nós assistimos, deliciados, a todas as operações da toilette dum thema poetico. Vêmos applicar-lhe as sabias pinceladas de carmim, collocar-lhe no sitio proprio os signaes postiços, frisar artisticamente e empoar a cabelleira (1).

(1) A edição mais accessivel das cartas de Lady Mary Montagu é a da collecção *Everyman's Library,* J. M. Dent & C.º Londres. Esta edição não contém a correspondencia passiva da celebre epistolographa.

De tudo o que fica dito se conclue claramente que este periodo não é propriamente um periodo de influencia classica, mas de influencia social, creando uma atmosphera de elegancia convencional a que os escriptores se subordinam submissamente, pois, como dizia M.me de Staël, *le goût* era mais prezado que o genio, por este ser compativel com o plebêismo, ao passo que aquelle só podia formar-se pela influencia de *la bonne compagnie* e era por isso uma qualidade aristocratica (1).

Classicismo, portanto, no sentido *Augustan* da palavra era um titulo de nobreza com que os escriptores dessa epoca se condecoravam, querendo com elle exprimir a perfeição litteraria reinante, a commedida correcção, a verdade absoluta e definitiva na expressão da belleza, que julgavam ter attingido.

Tudo isto está implicito no rapido quadro que tracei da litteratura dos *Augustans* ou classicos; mas era necessario accentuá-lo bem, para prevenir a surpreza que pode causar affirmar-se que o movimento romantico teve uma das suas origens principaes em Milton, como vamos ver no capitulo seguinte. «... Milton, diz Beers, é o mais verdadeiramente classico dos poetas inglêses; e todavia, o angulo de observação sob que o encarava o seculo XVIII fazia-o parecer romantico. Pelo menos foi pelo lado romantico que a nova escola de poetas o apprehendeu e appropriou».

Não devo terminar estas reflexões sobre o classicismo sem algumas palavras de desculpa para o *tom* que nellas domina. Não penso que se deva fallar duma epoca litteraria collocando-nos noutro ponto de vista que não seja o della. Devemos transformar-nos para esse fim quanto possivel num contemporaneo. Mas isso é quando se estuda uma epoca *em si,* quando ella é o nosso assumpto especial, pois julgar um periodo com as opiniões doutro é praticar a injustiça e o erro que os classicos commettiam para com o seculo XVI e a Edade Media. Tratadas especialmente, as epocas de Dryden, de Pope e de Johnson merecem o mesmo tom de sympathia comprehensiva que qualquer outra, e é assim que as trata um historiador especialista como Edmund Gosse. Mas aqui a edade classica figura como explicação do Romantismo, isto é do movimento de reacção contra ella. É pois natural que

(1) *De l'Allemagne.*

se dê um relevo particular áquellas feições a que esse movimento se oppõe e se aprofundem aquellas lacunas que elle veio preencher, traçando assim um retrato parcial por ficarem na sombra as bellezas dessa litteratura — embora artificiaes, de peruca empoada, carmim e signaezinhos de tafetá na face — que um estudo com fins diversos não pode deixar de apontar.

(Continúa). CARLOS DE MESQUITA.

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Academia das Sciencias de Lisboa. Boletim da 2.ª classe. Centenario da Guerra Peninsular. Vol. III, fasciculo n.º 7. Setembro de 1910. Lisboa, Typographia da Academia, 1910.

A pastoral collectiva do episcopado português ao clero e fieis de Portugal, de 24 de dezembro de 1910 e o Beneplacito do Estado, por Manuel de Oliveira Chaves e Castro. Coimbra, Typographia França Amado, 1911.

The Oxford and Cambridge Review. The Viscond de Almeida Garrett and the Revival of the portuguese Drama. Edgar Prestage. London, Constable & Co. Std, 1911.

Ministerio do Fomento. Boletim da Direcção Geral da Agricultura. Decimo anno, vol. 1 e 2. Lisboa, Imprensa Nacional, 1911.

Mensage del Presidente de la Republica Dr. D. Claudio Williman á la H. Asamblea General al inaugurarse. Montevideo, Talleres Graficos, A. Paneiro y Ramos, 1911.

Jahresverzeichnis der Schweizerischen Hochschulschriften, 1909-1910. Catalogue des Ecrits Académiques Suisses, 1909-1910. Basel Schweighauserische Buchdruckerei, 1910.

Sentenças e despachos em materia civil e criminal, por Manuel Lacerda. Uberada, Officinas Typographicas do Correio Catholico, 1907.

Comarca Uberabinha — Acção ordinaria, por Manuel Lacerda. Uberabinha, Typographia d'«O Progresso», 1911.

Comarca Uberabinha — Acção divisoria, por Manuel Lacerda. Uberabinha, Typographia «Progresso», 1910.

Acção Executiva, por Manuel Lacerda. Uberabinha, Typographia da Livraria Kosmos, 1910.

Acção Divisoria, por Manuel Lacerda. Uberabinha, Typographia da Livraria Kosmos, 1910.

Acção de nullidade de casamento, por Manuel Lacerda. Uberabinha, Typographia da Livraria Kosmos, 1910.

No Alto Minho, por Narciso C. Alves da Cunha. Paredes de Coura. Porto, Typographia Posto Medico, 1909.

Protohistoria de la actual provincia de Almeria, por Juan A. Martinez de Castro. Almeria, Typographia Martinez-Teatro, 1911.

Notas da Anatomia. — I. — Sobre anomalias numericas das valvulas sigmoideas, por Pires de Lima. Porto, Typographia da Encyclopedia Portuguesa.

Royaume de Belgique. Ministère de l'Industrie et du Travail. Monographies industrielles. Aperçu économique, technologique et commercial Groupe XV. Industries connexes de la typographie, tome I. Bruxelles, Office de Publicité, 1911.